

Quem disse ?

«A terceira via é discurso apatetado, que foi adoptado por pessoas que elegem como prioridade o discurso laudatório face ao líder do partido e primeiro-ministro.»

Sérgio Sousa Pinto
Conferência da JS, 1 de Fevereiro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1005 4 FEVEREIRO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Contributo para a reflexão na esquerda

Socialistas lançam livro «Terceira Via»

Alberto Martins, Carlos Zorrinho, Francisco Assis, Guilherme D'Oliveira Martins, João de Almeida Santos e Leonel Moura, todos militantes socialistas, lançaram terça-feira passada, durante uma sessão que decorreu no salão nobre do Centro Cultural de Belém, o livro «Terceira Via». A cerimónia contou com a presença do ministro dos Assuntos Parlamentares, António Costa, e dos secretários de Estado da Administração Interna e das Obras Públicas, respectivamente Armando Vara e Maranhã das Neves.

No Centro Cultural de Belém também compareceu o deputado do PSD e docente universitário, Francisco Torres, que, em declarações aos jornalistas, lamentou a viragem do partido de Marcelo Rebelo de Sousa à direita, em direcção ao PP de Paulo Portas.

No primeiro texto do livro «Terceira Via», o deputado socialista e presidente da Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias, Alberto Martins, escreve sobre «A qualidade da Democracia», seguindo-se um capítulo da autoria de Carlos Zorrinho, membro do Secretariado Nacional do partido, subordinado ao tema «O regresso do socialismo».

O líder do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, por sua vez, aborda o tema «Uma nova ética cívica», enquanto que o secretário de Estado da Educação, Guilherme D'Oliveira Martins escreve sobre «O apelo dos princípios». Além do texto da introdução, João de Almeida Santos e Leonel Moura dedicam dois dos capítulos do livro à reflexão sobre «A Democracia do holo-fote» e à «Nova Esquerda».

Nas páginas que introduzem o livro «Terceira Via», João de Almeida Santos e Leonel Moura assinalam que, «após uma década de depressão ideológica e psicológica provocada pela queda de um famoso muro, a esquerda conseguiu conquistar treze dos quinze governos da União Europeia. Trata-se de um feito notável. Em particular, face a uma direita totalmente identificada com o discurso neoliberal dominante».

Guterres prepara bases programáticas Pacto europeu pelo emprego

António Guterres foi escolhido para presidir ao grupo de trabalho que preparará as bases de um futuro Pacto Europeu pelo emprego. O secretário-geral do PS foi designado para esta missão política, durante a cimeira de líderes do Partido Socialista Europeu, que decorreu em Viena sexta-feira e sábado passado. O documento a apresentar pelo primeiro-ministro será depois apreciado no Congresso do PSE, em Milão, a 1 e 2 de Março. Em Viena, as atenções da delegação socialista, constituída por António Guterres e José Lamego, incidiram também sobre as negociações da Agenda 2000.



Sociedade & País

«Tolerância Zero» Jorge Coelho faz balanço positivo



O ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, congratulou-se, no dia 27, em plena área de descanso do IP5, com os resultados da operação «Tolerância Zero/Segurança Máxima». O governante evidenciou a redução de um terço no número de acidentes registados na via rápida Aveiro-Vilar Formoso (IP5) e na Estrada Nacional 125, no Algarve, face a igual período de tempo no ano anterior ao início da «Tolerância Zero».

Política

XI Congresso do PS Confiança nos portugueses



Em clima de unidade em torno do secretário-geral do partido, António Guterres, começa sábado o XI Congresso Nacional do PS. O lema da reunião magna dos socialistas, que se prolonga até domingo, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, é «Confiança nos portugueses». Ou seja, o PS tem a consciência tranquila pelos resultados da sua acção governativa desde que venceu as eleições legislativas de 1995.



PS - um Partido de futuro

O Partido Socialista vai reunir, no próximo fim-de-semana, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, a grande família socialista num Congresso que irá debater e aprovar as bases políticas programáticas para o próximo milénio.

Hoje, o Partido Socialista, encontra-se numa situação histórica invulgar e dificilmente imaginável quando, em Outubro de 1995, ganhou as eleições legislativas. A quase maioria absoluta então alcançada, após mais de 10 anos de cavaquismo, auguravam uma gestão particularmente difícil, não só pela possibilidade de realização de maiorias oposicionistas que, como aliás se veio a verificar com alguma frequência, tentaram entravar e dificultar a acção governativa, mas também pela situação política e económica herdada.

Ora, o PS e o Governo têm sabido gerir com habilidade esta situação, provando aos portugueses que é possível gerir e desenvolver substancialmente o País sem necessitar de recorrer ao autoritarismo tão característico da governação laranja. Os portugueses sabem e sentem que o crescimento económico que se tem feito sentir no País nos últimos anos é fruto de uma política económica mais justa e eficaz, que tem travado o desemprego e que permitiu a entrada de Portugal na União Económica e Monetária sem impor quaisquer constrições de natureza político-social.

O sucesso da implementação do Rendimento Mínimo em Portugal, uma das promessas eleitorais de António Guterres, veio provar a importância social desta medida que tem permitido uma melhor integração social dos mais desfavorecidos e, paralelamente, o regresso aos bancos da escola de muitas das crianças que abandonaram precocemente o ensino. Esta medida de elevado carácter social a par dos aumentos diferenciados das pensões de reforma, do aumento das receitas fiscais sem aumento dos impostos, permite, hoje, ao Partido Socialista, em vésperas de Congresso e em ano de importantes actos eleitorais, apresentar-se aos portugueses com confiança no futuro e, sobretudo, como o Partido mais capaz para gerir os grandes desafios do próximo milénio.



HOMENAGEM AO CAMARADA MANUEL TITO DE MORAIS

Uma reportagem sobre a homenagem ao fundador do PS, camarada Manuel Tito de Morais, que lhe foi prestada no dia 31 de Janeiro, no Mercado do Povo, em Belém, por mais de 500 socialistas era um dos temas em destaque na edição de 5 de Fevereiro de 1981 do «Acção Socialista».

Segundo relata o «Acção Socialista», na mesa que presidiu ao jantar de homenagem ao camarada Manuel Tito de Morais, encontravam-se figuras ímpares do socialismo como os camaradas Mário Soares, Salgado Zenha, Raul Rego, Gustavo Soromenho, José Magalhães Godinho e Teófilo Carvalho dos Santos, entre outros. Na ocasião, o camarada Manuel Tito de Morais salientou que, «se homenagem existe, ela é dirigida a todos os que combateram pela liberdade, qualquer que seja o sector ou o partido político a que pertenceram, pois com todos eles colaborei para libertar o nosso Povo do jugo fascista e colonialista».

Destaque ainda nesta edição para uma reportagem sobre o II Congresso da UGT, onde foi recusado o tecto salarial proposto pelo governo de centro-direita da AD.

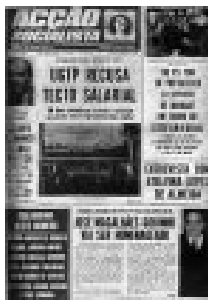
J. C. C. B.

5 de Fevereiro

Quem disse?

«O Governo da AD não dá resposta no seu programa a um conjunto extenso de questões que dizem respeito à resolução dos nossos problemas regionais e ao papel que a descentralização e o reforço do poder local terão de desempenhar.»

Sousa Gomes



Guterres no início da cunhagem do euro

Um mês após a sua entrada em vigor, o euro começou, no passado dia 2, a ser oficialmente cunhado em Lisboa, numa cerimónia na Casa da Moeda presidida pelo primeiro-ministro, António Guterres. Tal como sucede nos outros países europeus, o euro em Portugal terá uma face com símbolos nacionais. As quinas, castelos e o «sinal» de D. Afonso Henriques foram os símbolos escolhidos.

Surge assim, fisicamente, a moeda que só estará nas mãos dos portugueses a 1 de Janeiro de 2002 e que durante um período máximo de seis meses poderá circular juntamente com o escudo.

A partir de então, o euro será a única moeda não só em Portugal como também nos restantes dez países europeus que integram o pelotão da frente da União Económica Monetária.

Seixas da Costa na Conferência Euro-Mediterrânica

O secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, chefiou a delegação portuguesa que participou na Conferência Euro-Mediterrânica sobre Cooperação Regional, que decorreu nos dias 28 e 29 de Janeiro, em Valência, Espanha. Esta Conferência, que se realizou no quadro do chamado Processo de Barcelona, que reúne os Estados da União Europeia e do Sul do Mediterrâneo, destinou-se a preparar a Conferência de Ministros dos Negócios Estrangeiros que, no mesmo âmbito,

realizar-se-á em Estugarda, em Abril. Na Conferência de Valência foram abordadas as fórmulas de cooperação intra-regional no Sul do Mediterrâneo e, em particular, as implicações do mercado único europeu no Partenariado Euro-Mediterrânico. Questões como os direitos de propriedade intelectual, os serviços financeiros, as questões alfandegárias e as PME, bem como a necessidade de infra-estruturas, nomeadamente no campo dos transportes, estiveram no centro dos trabalhos.

Parque das Nações Ultrapassada barreira dos 2,5 milhões

Mais de 2,5 milhões de pessoas visitaram o Parque das Nações nos primeiros cem dias desde a abertura ao público deste espaço, informou o Parque Expo.

Em comunicado, o Parque Expo informa que o centésimo dia fechou com um total de 2 592 840 visitantes.

A empresa revela ainda que o dia 24 de Janeiro (domingo) recebeu a segunda maior afluência de visitantes, com um total de 44 244 pessoas.

No que se refere aos pavilhões temáticos, o mais visitado no Parque das Nações foi o Oceanário, com 293 786 entradas, seguido do Pavilhão do Conhecimento dos Mares, com 117 483 visitantes.

Desde a abertura ao público do Parque das Nações, o Pavilhão da Realidade Virtual foi visto por 72 823 pessoas.

Quanto aos restantes pavilhões que perma-

neram no espaço após a Expo'98, o da Madeira lidera a lista das afluências (236 744 visitantes) seguido pelo Pavilhão de Macau, que recebeu 195 363 visitas.

Na Torre Vasco da Gama já estiveram 67 319 pessoas, enquanto o teleférico foi utilizado por 257 721 visitantes.

Ao longo de 100 dias, o Parque das Nações tornou-se igualmente uma referência no campo dos espectáculos, tendo acolhido concertos com nomes sonantes da música nacional e internacional como Prince e Bauhaus (Pavilhão Atlântico), Pedro Abrunhosa (Praça Sony), e Miguel Ângelo (Teatro Camões).

Com o aproximar da Primavera, a oferta no ramo do lazer vai aumentar no Parque das Nações, com a abertura da FIL, prevista para 13 de Março, e do Centro Comercial Vasco da Gama, agendada para 21 de Abril.

Guerra em Angola CPLP responsabiliza UNITA

O Comité de Concertação Permanente da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) aprovou no dia 28 de Janeiro um comunicado em que responsabiliza a UNITA «pelo fracasso do processo de paz» em Angola.

«Pelo facto de não se ter desmilitarizado, não ter permitido a extensão da administração do Estado a todo o território, colocando-se à margem da ordem constitui-

onal e não se comportando como um partido político empenhado na construção da democracia», o partido liderado por Jonas Savimbi é o responsável pela situação de guerra que o país vive actualmente, lê-se no documento.

No texto, a CPLP manifesta ainda o seu «total reconhecimento» pelo esforço da ONU e dos países membros da tróica de observadores para levar a paz a Angola.

CONFIANÇA NOS PORTUGUESES



Em clima de unidade em torno do secretário-geral do partido, António Guterres, começa sábado o XI Congresso Nacional do PS. O lema da reunião magna dos socialistas, que se prolonga até domingo, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, é «Confiança nos portugueses». Ou seja, o PS tem a consciência tranquila pelos resultados da sua acção governativa desde que venceu as eleições legislativas de 1995. Promoveram-se reformas sociais de grande impacto e o País cumpriu todos os seus compromissos internacionais, entrando no primeiro pelotão do «euro». Mas «Confiança nos portugueses» porque os socialistas também acreditam plenamente na capacidade do nosso povo para vencer os desafios da viragem do século.

O XI Congresso Nacional do PS abre pelas 9 horas de sábado com a eleição do presidente PS, da mesa do congresso e da comissão de verificação de poderes. Segue-se a intervenção do presidente do partido eleito, que será Almeida Santos, tendo depois lugar a intervenção do secretário-geral do PS, que apresentará a moção política de orientação, intitulada «A nossa via». Após o almoço, Pedro Jordão, militante de Aveiro, e Manuel Alegre, vice-presidente da Assembleia da República e membro do Secretariado Nacional do PS, vão expor os seus documentos de orientação global, respectivamente subordinados aos temas

«o PS por uma nova cultura política» e «Falar é preciso». As votações das moções globais deverão ocorrer às 20 horas de sábado, antes do início da discussão das várias moções sectoriais apresentadas ao congresso, cujo ponto se deverá prolongar por toda a noite.

Até às 24 horas de sábado, durará o prazo para a entrega de listas para a Comissão Nacional do Partido, órgão que passará a contar com mais de 25 por cento de mulheres, entre um total de 201 elementos efectivos a eleger. Ao nível interno, os socialistas dão assim o exemplo do seu firme objectivo em promover a paridade na vida política nacional. Já no domingo, às 12 horas serão proclamados os resultados dos novos órgãos dirigentes do partido: Comissão Nacional, Comissão Nacional de Jurisdição e Comissão de Fiscalização Económica e Financeira.

O XI Congresso Nacional do PS tem prevista a sua sessão de encerramento para as 12,30 horas, com a intervenção do secretário-geral, António Guterres, reeleito no passado mês de Janeiro pelas bases com mais de 96 por cento dos votos.

No Congresso Nacional do PS, vão participar 96 delegados de Aveiro, 40 de Beja, 135 de Braga, 43 de Castelo Branco, 153 de Coimbra, 31 de Évora, 36 da Guarda, 64 de Leiria, 334 da Federação da Área Urbana de Lisboa, 34 de Portalegre, 312 do Porto, 65 de Santarém, 121 de Setúbal, 58 de Castelo Branco, 43 de Vila Real, 73 de Viseu, 75 dos Açores, 79 da Madeira, 20 da Federação Regional do Oeste, 68 de Faro, oito da Alemanha, oito de Benelux, 18 de França, três da Suíça e oito do resto do mundo. Terão inerência no congresso do partido 350 delegados.

Ordem de Trabalhos

Sexta-Feira, 5 de Fevereiro de 1999

20:00 às 23:00 (Período de acreditação dos Delegados)

Sábado, 6 de Fevereiro de 1999

09:00 às 10:30 Votação para a eleição do Presidente do PS
10:30 Ponto 1 – Eleição da Comissão de Verificação de Poderes

– Eleição da Mesa do Congresso Nacional

Ponto 2 – Eleição da Comissão de Honra do Congresso Nacional

11:30 Ponto 3 – Sessão de Abertura do Congresso Nacional

– Proclamação dos resultados da votação para a eleição do Presidente do Partido

– Intervenção do Presidente eleito

12:30 Ponto 4 – Apresentação da Moção Política de Orientação apresentada pelo Secretário-Geral

13:30 às 15:00 Interrupção para Almoço

15:00 Continuação do Ponto 4 (Apresentação e discussão das Moções Globais)

20:00 Votações

20:30 às 21:45 Interrupção para Jantar

22:00 Ponto 5 – Apresentação, discussão e votação das Moções Sectoriais, subscritas por Delegados ao Congresso Nacional

Até às 24:00 Entrega das listas de candidatos aos órgãos nacionais

Domingo, 7 de Fevereiro de 1999

09:30 Ponto 6 – Apresentação ao Congresso das listas de candidatos à Comissão Nacional, Comissão Nacional de Jurisdição e Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira

10:00 Continuação dos trabalhos

10:00 às 11:30 Ponto 7 – Votação das listas de candidatos à Comissão Nacional, Comissão Nacional de Jurisdição e Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira

12:00 Proclamação dos resultados

12:30 Ponto 8 – Sessão de Encerramento com Intervenção do Secretário-Geral

VIENA

Cimeira de líderes do PSE

GUTERRES PREPARA BASES PROGRAMÁTICAS DO PACTO EUROPEU PELO EMPREGO

António Guterres foi escolhido para presidir ao grupo de trabalho que preparará as bases de um futuro Pacto Europeu pelo emprego. O secretário-geral do PS foi designado para esta missão política, durante a cimeira de líderes do Partido Socialista Europeu, que decorreu em Viena sexta-feira e sábado passado. O documento a apresentar pelo primeiro-ministro será depois apreciado no Congresso do PSE, em Milão, a 1 e 2 de Março. Em Viena, as atenções da delegação socialista, constituída por António Guterres e José Lamego, incidiram também sobre as negociações da Agenda 2000. Para o chefe do Governo, a ideia de haver um problema específico de Portugal em termos sociais e económicos, no conjunto da Europa dos «Quinze», vai fazendo o seu caminho, havendo bons motivos para acreditar que o país não sairá prejudicado da Agenda 2000.

Além de António Guterres, estiveram presentes na cimeira de líderes do PSE mais seis primeiros-ministros socialistas de países da União Europeia: Viktor Klima (Áustria), Costas Simitis (Grécia), Wim Kok (Holanda), Goran Persson (Suécia), Pavo Lipponen (Finlândia) e Tony Blair (Grã-Bretanha). Também presentes na reunião de Viena estiveram Rudolf Sharping, presidente do PSE e ministro da Defesa da Alemanha, Oskar Lafontaine, ministro das Finanças alemão e líder do SPD, Joaquín Almunia, secretário-geral do PSOE, Pierre Mauroy, presidente da Internacional Socialista, Pauline Green, líder do Grupo Parlamentar Socialista Europeu, e os comissários europeus Neil Kinnock e Monika Wulf Mathies.

A reunião da capital austríaca destinou-se a aprovar um manifesto político, documento que servirá de base a todos os partidos socialistas e sociais-democratas dos «Quinze» para as eleições para o Parlamento Europeu, em Junho próximo.

O manifesto político contém 21 pontos e é da autoria do ministro dos Negócios Estrangeiros, Robin Cook, e do secretário-geral do PSE, Jean-François Vallin. Após a proposta destes dois dirigentes europeus socialistas ter sido aprovada com elevado consenso, o manifesto será ratificado e definitivamente adoptado no próximo Congresso do PSE, previsto para os dias 1 e 2 de Março, em Milão.

Objectivos políticos do PSE

Em termos de objectivos políticos, o PSE pretende continuar a ser o maior bloco po-



lítico representado em Estrasburgo. Quanto às linhas programáticas, a primeira prioridade será dedicada à defesa do emprego. A curto prazo, os diferentes países governados por socialistas pretendem chegar a um Pacto Europeu pelo emprego, apostando-se de forma séria na formação profissional, na reforma fiscal, na modernização dos sistemas de protecção social, na promoção de investimentos públicos e na redução do tempo de trabalho.

Em paralelo com a vertente do emprego, os socialistas querem incentivar políticas de crescimento económico, tendo efeitos directos no consumo e no investimento. A via escolhida é o desenvolvimento de planos para a execução de grandes obras em infraestruturas. Ao mesmo tempo, reclama-se como essencial a defesa do modelo social europeu, conservando os direitos sociais dos trabalhadores e combatendo com tenacidade os fenómenos de exclusão.

Visando aprofundar as bases programáticas do PSE no que respeita à questão do emprego, a cimeira de líderes do PSE escolheu António Guterres para chefiar um grupo de trabalho que recolherá sugestões de todos os partidos socialistas europeus sobre este capítulo. A designação do secretário-geral do PS aconteceu na sequência de uma longa intervenção que fez no primeiro dia da cimeira so-

bre o tema do emprego.

Ao contrário da ideia defendida pelo PSD, António Guterres recusa-se a encarar coesão económica entre Estados-membros e promoção de políticas de emprego como políticas contraditórias. Apesar de o problema do desemprego não afectar Portugal da mesma forma que atinge outros países do centro da Europa, o primeiro-ministro alertou para o facto de grande parte das exportações nacionais se dirigirem para Estados-membros da União Europeia, como a França e a Alemanha. Ora, se estes dois grandes países europeus entrarem em crise por aumento do desemprego, também as exportações portuguesas poderão sofrer uma quebra, com consequências inevitáveis na saúde financeira de muitas das nossas empresas. Por essa razão, Portugal deve apoiar e incentivar políticas de emprego e de crescimento económico dentro da União Europeia.

Especificidade portuguesa na Europa

Durante a cimeira do PSE em Viena, outra das grandes preocupações da delegação dos socialistas portugueses relacionou-se com as negociações das perspectivas financeiras da União Europeia. A menos de um mês da cimeira especial de Bona do Conselho Europeu, o primeiro-ministro reu-

niou-se a sós com o chefe do Governo britânico, Tony Blair, com o ministro das Finanças alemão, Oskar Lafontaine, e com a comissária europeia Monika Wulf Mathies. Em todos estes encontros, o líder do PS explicou as carências estruturais ainda existentes em Portugal no domínio da qualificação da mão-de-obra, na educação e ao nível da agricultura. No fundo, razões mais do que determinantes para que o país não seja prejudicado, entre 2000 e 2006, no acesso de fundos estruturais.

Após estas reuniões, o primeiro-ministro reconheceu que Portugal parte para as negociações da Agenda 2000 numa posição de relativa fragilidade, já que alguns dos maiores contribuintes líquidos para o orçamento comunitário (como é o caso da Alemanha, por problemas internos), desejam a todo o custo reduzir as suas despesas.

Para fazer valer os interesses nacionais, segundo António Guterres, será necessário explicar com muita determinação a posição portuguesa. Uma posição que, assegurou, «lentamente vai fazendo o seu caminho» junto de outros líderes europeus. De acordo com a perspectiva do chefe do Governo português, o objectivo do país nas negociações na Agenda 2000 é conseguir manter o nível de apoios comunitários, de forma a possibilitar a execução de políticas de desenvolvimento sustentado.

PELO PAÍS

Governação Aberta

AGRICULTURA – O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, deslocou-se, no dia 29, a Várzeas de Calde, no distrito de Viseu, para consignar a construção da barragem de Calde e para a assinatura de contratos programa de regadio no distrito.

AMBIENTE – O secretário de Estado adjunto da ministra do Ambiente, Ricardo Magalhães disse, no dia 30, em Vila Real, que espera o diagnóstico dos resíduos da Mina de Argozelo (Bragança) para decidir e destino a dar-lhes.

Segundo Ricardo de Magalhães, o Ministério do Ambiente pôs-se em campo logo que soube que ia ser realizada uma transferência clandestina de resíduos perigosos provenientes daquele complexo mineiro. «Agora é necessário saber qual o resultado das análises, mandadas elaborar pela Direcção Regional de Ambiente do Norte para saber o destino que vão ter», afirmou, adiantando que o «diagnóstico deve ser conhecido dentro de um mês».

Ricardo de Magalhães falava à imprensa no final de conferência sobre requalificação urbana das zonas ribeirinhas, referindo que o assunto tem de passar por uma definição estratégica entre a administração central e local e os agentes económicos.

O secretário de Estado apontou como exemplos positivos neste âmbito os casos da Expo'98, das margens da zona ribeirinha do Douro e considerou que «este esforço de reconversão não pode ficar, no entanto, às costas da administração».

«É preciso colocar o mercado a funcionar, de forma a que os agentes económicos e sociais também se comprometam neste esforço», explicou Ricardo Magalhães, porque «à administração cabe, sobretudo, uma função reguladora, a de criar condições básicas para pôr o mercado a funcionar».

COMUNIDADES – O secretário de Estado das Comunidades, José Lello, partiu, no passado dia 31, para a Venezuela, onde representou o Presidente da República e o Governo português na posse do Presidente Hugo Chávez, uma cerimónia realizada no dia 2.

O primeiro dia da deslocação de José Lello ficou marcado por uma recepção oferecida pelo Presidente venezuelano, a ter lugar após uma visita ao Consulado Geral de Portugal e um encontro com membros do Instituto Português de Cultura, na residência do embaixador.

No dia seguinte, após a tomada de posse de Hugo Chávez, Lello almoçou com membros do Conselho das Comunidades Portuguesas.

Ontem, o governante reúne-se com empresários portugueses e hoje, último desta deslocação, José Lello visita a Escola de Idiomas Modernos da Universidade Central de Venezuela, onde é ministrada a Licenciatura em Português.

CULTURA – O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, e a secretária de Estado da Cultura, Catarina Vaz Pinto, estiveram presentes, no dia 29, na cerimónia de inauguração do Viriato – Teatro Municipal de Viseu, que funcionará como Centro Regional de Artes do Espectáculo do Centro e que abre a temporada de 1999 com os espectáculos «Raízes Rurais – Paixões Urbanas» e a «Cité de la Musique».

DESPORTO – O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, defendeu, no dia 29, no Porto, a necessidade de haver «rigor, empenhamento, imaginação e competência nos responsáveis das instituições desportivas».

Miranda Calha falava durante o «IV Congresso Nacional de Gestão de Desporto», no qual os cerca de 250 participantes, reunidos na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, debateram «A Liderança e o Desporto Escolar, Federado e Autárquico».

«É necessário que o desporto nacional chegue cada vez mais longe e que as mentalidades dos seus dirigentes também evoluam, daí a grande utilidade de iniciativas desta natureza», referiu.

O governante considerou também que a aposta na «formação, infra-estruturas e um novo ordenamento jurídico são vectores fundamentais para o desenvolvimento desportivo».

«É vital que haja planeamento, gestão e antecipação de cenários nas organizações. Hoje em dia é preciso agir em vez de reagir», prosseguiu.

Miranda Calha considerou que «deve haver uma forte cooperação entre o Estado, Universidades e a Associação Portuguesa e Gestão do Desporto para que o nível científico e pedagógico dos formadores seja cada vez mais elevado em Portugal».

HABITAÇÃO E COMUNICAÇÕES – A secretária de Estado da Habitação e Comunicações, Leonor Coutinho, aprovou, no dia 29, em Lisboa, um investimento total de 640 mil contos, destinado à aquisição de casas para realojamento de 66 famílias, residentes no concelho da Maia, distrito do Porto.

Para a compra destas habitações foi aprovada uma comparticipação a fundo perdido de 256 mil contos, sendo o restante garantido ao município da Maia através de um empréstimo bonificado, a longo prazo, pelo Instituto Nacional da Habitação

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS – O Governo está preocupado com o aumento dos casos de violência doméstica e vai encomendar um estudo como primeiro passo para enfrentar o problema, anunciou, no dia 30, em Coimbra, Vitalino Canas.

O secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros falava aos jornalistas, à margem da sessão de encerramento do III Encontro da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM). «É preocupante. As estatísticas da violência doméstica estão a subir em Portugal», declarou o governante, admitindo, contudo, que os novos dados possam, também, «querer dizer que as mulheres têm hoje menos vergonha» de denunciar as agressões de que são vítimas.

Adiantou que o objectivo do estudo, a adjudicar em breve pelo Executivo, é obter um «conjunto de orientações que permitam combater o fenómeno com maior eficácia».

Vitalino Canas manifestou «esperança em conseguir, com muita sensatez» ajudar a resolver «algo que se passa dentro das famílias».

O Governo vai incrementar, numa primeira fase no Porto e em Braga, experiências de «atendimento específico» nas esquadras da PSP para mulheres vítimas de violência por parte dos homens.

O III Encontro da APEM subordinou-se ao tema «Políticas de igualdade: perspectivas e paradoxos».

SAÚDE – A ministra da Saúde recebeu, no dia 2, em Lisboa, o Conselho de Reflexão para a Saúde (CRES) que lhe apresentou o texto final do seu relatório.

SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL – O ministro do Trabalho e Solidariedade, Ferro Rodrigues, considerou, no dia 30, em Ribeira de Pena, Vila Real, que o programa do Rendimento Mínimo Garantido é uma prova da cooperação que pode existir entre as autarquias, as instituições privadas de solidariedade social e a segurança social.

Ferro Rodrigues, que falava durante a cerimónia de inauguração de um centro de dia em Cerva, adiantou que no concelho existem cerca de mil beneficiários do Rendimento Mínimo.

A funcionar desde Dezembro, o centro de dia serve cerca de 30 utentes das localidades de Cerva, Alvadia e Limões e outros cinco utentes em regime de internamento. O centro de dia pertence à Irmandade Nossa Senhora da Conceição de Ribeira de Pena, criada em 1918.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 28 de Janeiro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a alterar o regime geral do arrendamento rural;
- Uma resolução que adopta medidas complementares de Promoção e Apoio à Instalação de Jovens Agricultores;
- Um decreto-lei que altera a redacção do diploma que disciplina a entrega para exploração de terras nacionalizadas ou expropriadas;
- Uma proposta de lei de enquadramento orçamental;
- Uma proposta de lei relativa à cooperação judiciária internacional em matéria penal;
- Uma proposta de lei que estabelece normas sobre cooperação entre Portugal e os Tribunais Penais Internacionais para a ex-Jugoslávia e para o Ruanda;
- Um decreto-lei que aprova medidas preventivas com vista a salvaguardar as alterações a introduzir ao Plano de Pormenor para a Zona do Recinto da Expo'98 (PP2), ou normas provisórias para a área;
- Um decreto-lei ficando a aguardar o termo do prazo de pronúncia dos órgãos de Governo próprios das Regiões Autónomas, que introduz modificações no decreto-lei n.º 37-A/97, de 31 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 21/97, de 27 de Junho, que regulamenta o sistema de incentivos do Estado à comunicação social;
- Um decreto-lei relativo à valorização do ouro do Banco de Portugal;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária que actualiza as listas de substâncias estabelecidas nos anexos à portaria n.º 1281/97, de 31 de Dezembro, e a directiva 97/18/CE, da Comissão, de 17 de Abril, que estabelece a data a partir da qual são proibidos os testes em animais;
- Um decreto-lei que adequa as normas de legislação nacional às normas comunitárias relativas à preparação do vinho espumante e do vinho espumoso gaseificado;
- Um decreto-lei que regula o processo de emissão dos certificados complementares de protecção para medicamentos e para produtos fitofarmacêuticos;
- Um decreto-lei que altera os artigos 16º e 17º do decreto-lei n.º 222/96, de 25 de Novembro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Economia;
- Um decreto-lei que aprova o processo de reprivatização de cerca de 99 por cento do capital social da FAPAJAL, SGPS. O preço de cada acção será de 9 200 escudos;
- Um decreto-lei que repristina a alínea a) do n.º 1 do artigo 7º, do decreto-lei n.º 280/94, de 5 de Novembro, que interdita na área abrangida pela ZPE o licenciamento de novos loteamentos;
- Uma proposta de resolução que aprova a adesão à Convenção Internacional para a Protecção dos Artistas Intérpretes ou Executantes, dos Produtores de Fonogramas e dos Organismos de Radiodifusão, aprovado em Roma, em 26 de Outubro de 1961;
- Uma resolução que reconduz um vogal para o Conselho de Administração da entidade Reguladora do Sector Eléctrico, o Professor Engenheiro João José Esteves Santana;
- Um decreto-lei que revê a transposição para a ordem jurídica interna da directiva comunitária relativa à conservação das aves selvagens e da directiva do Conselho, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens.

DESTAQUE - CM

Igualdade de Oportunidades

O IMPERATIVO LEGAL

O Conselho de Ministros, em reunião realizada no dia 28, em Lisboa, foi informado sobre o processo de audição parlamentar da proposta de lei relativa à composição das listas de candidatura para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu quanto aos deputados a eleger por Portugal, com vista a garantir uma maior igualdade de oportunidades na participação política de cidadãos de cada sexo.

O ministro dos Assuntos Parlamentares informou o Conselho sobre a referida audição parlamentar, na qual foram ouvidos todos os líderes dos partidos políticos com representação parlamentar e diversas personalidades e organizações não governamentais representativas da opinião pública, que o Governo acompanhou com muito interesse.

O Conselho de Ministros congratulou-se que esta iniciativa legislativa tenha logrado dar grande visibilidade pública a um problema estrutural da nossa democracia até agora habitualmente ignorado; e o compromisso publicamente assumido pelos líderes do PSD, CDS-PP e PCP de, já nas próximas eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República, organizarem as listas a apresentar pelos seus partidos de modo a obter uma eleição de cidadãos de ambos os sexos que ultrapasse os próprios mínimos previstos na proposta de lei do Executivo.

A Assembleia da República e o Parlamento Europeu não são órgãos internos dos partidos, pelo que a designação dos seus titulares não se pode esgotar na autoregulação partidária, cabendo a sua regulação à Constituição e à Lei. O défice de presença feminina na vida po-

lítica, tal como não é uma questão das mulheres, não é também uma questão interna dos partidos, mas uma questão central para o aprofundamento e melhoria da qualidade da democracia.

A democracia organiza-se pela Constituição e pelas leis da República. Por isso, o artigo 109º da lei fundamental, com a redacção aprovada na última revisão constitucional, impõe que seja a Lei a «promover a igualdade no exercício de direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos públicos».

É dever do Governo contribuir para dar execução aos comandos imperativos da Constituição e o Executivo socialista não contribuirá para gerar uma situação de inconstitucionalidade por omissão.

O Governo solicitou ao presidente da Assembleia da República o agendamento

da proposta de lei n.º 194/VII para debate na generalidade no dia 25 de Fevereiro.

Como sempre, após o debate na generalidade, cabe exclusivamente ao Parlamento a iniciativa de introduzir melhorias em sede de especialidade. No caso concreto, as 50 ONG's representadas no Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e Direitos da Mulher, exortaram a Assembleia da República a introduzir um conjunto de alterações na especialidade à proposta de lei n.º 194/VII.

O Executivo entende ser seu dever manifestar total abertura para colaborar, no quadro da discussão na especialidade, na formulação final de um diploma consensual que dê regulamentação efectiva ao artigo 109º da Constituição, no sentido de uma participação mais equilibrada de cidadãos de ambos os sexos no exercício dos direitos cívicos e políticos.

DESTAQUE - CM

Agricultura

REJUVENESCER O TECIDO EMPRESARIAL

O Governo aprovou, na passada quinta-feira, dia 28, um conjunto de diplomas na área da agricultura.

O primeiro diploma consiste numa proposta de lei que autoriza o Executivo a alterar o regime geral do arrendamento rural. Esta proposta visa adequar os prazos de renovação dos contratos de arrendamento rural ao período de garantia de exploração agrícola (necessária para acesso às ajudas comunitárias) e permitir o pagamento antecipado de rendas a jovens agricultores, como medida incentivadora do mercado de arrendamento rural e do rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola, sendo intenção do Governo criar, oportunamente, uma linha de crédito, com

bonificação de 100 por cento, para o financiamento daquelas rendas.

O período de renovação dos contratos de arrendamento rural passa para cinco anos e é permitido aos jovens agricultores titulares de planos de exploração, aprovados pelos serviços regionais do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o pagamento antecipado das rendas referentes a todos os anos do prazo contratual.

Por seu turno, o segundo diploma - uma resolução que adopta medidas complementares de Promoção e Apoio à Instalação de Jovens Agricultores -, vem alterar a legislação relativa à transmissão dos contratos de arrendamento rural, concessão de exploração e exploração de campanha dos

prédios rústicos expropriados ou nacionalizados, com o objectivo de apoiar a transmissão a favor de jovens agricultores.

Estabelece-se uma aplicação prioritária das medidas de apoio à instalação de jovens agricultores em concelhos considerados frágeis do ponto de vista agrícola, demográfico e ambiental, designadamente através da instalação de agências para dinamizar e acompanhar a aplicação das várias medidas.

Simultaneamente incumbe-se o MADRP de promover a constituição de um Grupo de Contacto com outros Ministérios e com a Associação de Jovens Agricultores com o objectivo de estudar e propor adaptações e desenvolvimentos aos actuais instrumentos de apoio aos jovens agricultores tendo

em vista a respectiva aplicação no período de vigência do próximo quadro Comunitário de Apoio (2000-2006).

O terceiro e último diploma é o decreto-lei que altera a redacção do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 158/91, de 26 de Abril (disciplina a entrega para exploração de terras nacionalizadas ou expropriadas).

Este decreto viabiliza a transmissão, a favor de jovens agricultores, quer por morte quer entre vivos, dos contratos de arrendamento rural, concessão de exploração e exploração de campanha, que tenham como objecto terra nacionalizada ou expropriada, incentivando, assim, a fixação de jovens agricultores e, consequentemente, propiciando o rejuvenescimento do tecido social e empresarial do mundo rural.

SAÚDE MENTAL

Maria de Belém

O «PASSO MARCANTE» DA NOVA LEI

A ministra da Saúde, Maria de Belém, garantiu, no passado dia 21, em Coimbra, que a nova Lei da Saúde Mental «é um passo marcante na política da Saúde em Portugal». Maria de Belém falava na sessão de encerramento de um colóquio sobre «A Lei de Saúde Mental e o Internamento Compulsivo». Segundo a ministra da Saúde, o novo diploma - que entrou em vigor na passada segunda-feira - «conseguiu consensos numa área tão específica, com escolas tão diferentes, por vezes antagónicas, onde a dificuldade de encontrar pontos de convergência é

enorme».

«Mas foi possível, com o agrado da maior parte, consagrar princípios fundamentais da política de saúde mental: a desinstitucionalização, a não discriminação, o respeito pelos direitos dos doentes e das suas famílias», referiu.

Para o secretário de Estado da Justiça, Lopes da Mota, a nova lei coloca Portugal «ao lado dos países democráticos e retira-o do isolamento» a que estava sujeito nesta área, a nível europeu.

«Hoje é finalmente possível falar dos direitos concretos, com sentido e conteúdos especí-

ficos, dos doentes mentais», afirmou Lopes da Mota, que representou o ministro da Justiça.

Na sua perspectiva, a nova lei «põe termo a uma situação insustentável para todos os intervenientes», dado que - segundo adiantou - a legislação que vai substituir (datada de 1963) «não protegia doentes, médicos, enfermeiros, nem autoridades, nem instituições de saúde».

De acordo com a especialista em Direito Penal Maria João Antunes, do grupo de trabalho que participou na elaboração do diploma, a nova lei visa prevenir eventuais actos

de violência que o doente possa vir a praticar e vem dar resposta a «um drama de muitas famílias portuguesas».

Segundo a professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, o internamento compulsivo só é permitido em caso de «anomalia psíquica grave» e quando se verifique uma «ameaça séria» dos bens jurídicos da própria pessoa e de terceiros.

De acordo com a penalista, «o juiz tem o papel de árbitro, enquanto o médico é o elemento central de todo o processo, porque é a avaliação psiquiátrica que possibilita a decisão judicial».

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

O Conselho de Ministros deu luz verde, no dia 28, a uma proposta de lei relativa à cooperação judiciária internacional em matéria penal.

O diploma vem regulamentar e actualizar o regime das diferentes formas de cooperação, adaptando o direito interno à revisão constitucional de 1997 e à evolução do direito internacional, nomeadamente em matéria de extradição e de auxílio judiciário, de modo a agilizar os contactos e os meios de transmissão dos pedidos de cooperação judiciária, com o intuito de simplificação e aceleração de todos estes procedimentos.

No que se refere às entidades intervenientes, a nível central, destacam-se duas medidas - a atribuição ao Ministro da Justiça de competências próprias, que anteriormente lhe eram delegadas pelo Governo, para a decisão sobre pedidos de cooperação formulados a Portugal; e a designação da Procuradoria-Geral da República como Autoridade Central para o encaminhamento dos pedidos.

Salientem-se, por outro lado, as seguintes preocupações e medidas enquadradoras do diploma:

- Maior preservação e reforço das garantias de defesa;
- Extensão dos princípios e regras de cooperação judiciária interestadual, em matéria penal, à cooperação com entidades judiciárias internacionais e previsão da sua



aplicação subsidiária no âmbito do ilícito de mera ordenação social e no de infracções penais processadas perante autoridades administrativas;

- Estabelece-se, nos termos da Constituição, nomeadamente após a revisão constitucional de 1997, que a cooperação, nos casos em que ao crime caiba pena de morte ou outra de que resulte lesão irreversível da integridade da pessoa, exige a prévia comutação antes da formulação do pedido ou a aceitação da conversão daquelas penas de acordo com a lei

portuguesa, e concretiza-se a possibilidade de extradição por crime a que corresponda pena de prisão ou medida de segurança com carácter perpétuo ou de duração indefinida, definindo-se, para o efeito, alguns critérios mais significativos, objectivados em lei, que constituem a base de um sistema de garantias, a apreciar pelas autoridades administrativa e judicial no quadro das respectivas competências no âmbito do processo de cooperação;

- Admite-se, em conformidade com o novo regime aprovado no quadro da União

Europeia em matéria de extradição, a possibilidade de afastamento, em certos termos, do benefício concedido pela regra da especialidade e da proibição de re-extradição sem prévio consentimento do Estado da primeira extradição;

- Uniformiza-se, em respeito pelo disposto no Código de Processo Penal, o prazo de apresentação em juízo com o prazo máximo de 48 horas e consagra-se expressamente a audiência judicial subsequente à detenção, ainda que em execução de prévio mandado de detenção;
- Admite-se a possibilidade de aplicação de cooperação a medidas não detentivas como, por exemplo, a prestação de trabalho a favor da comunidade;
- Consagra-se o estabelecimento de contactos directos com estruturas congéneres do Instituto de Reinserção Social, para efeitos de acompanhamento do cumprimento de medidas decretadas pelos tribunais;
- Agiliza-se o regime tendente à participação de autoridades judiciárias ou de órgãos de polícia criminal em diligências no processo estrangeiro ou, inversamente, em Portugal;
- Procede-se, no âmbito do auxílio judiciário mútuo, a uma mais clara diferenciação entre a natureza da intervenção do Ministro da Justiça, de teor político-administrativo, e a da autoridade judiciária, competente para se pronunciar sobre a necessidade da diligência de um ponto de vista das finalidades da investigação ou do processo.

ENORMES POTENCIALIDADES DAS PRODUÇÕES DE QUALIDADE

O ministro da Agricultura, Capoulas dos Santos, disse no dia 21 que a Política Agrícola Comum (PAC) tem sido «injusta» para Portugal, e exigiu a correcção das distorções que beneficiam os países do Norte da Europa.

«A superação dos atrasos estruturais que Portugal ainda tem carece de alguns anos e de uma política agrícola comum que não penalize uma pequena agricultura com enormes potencialidades no que se refere as produções de qualidade», disse.

Capoulas dos Santos, que falava na inauguração da Semana Verde de Berlim, a maior feira Agrícola do mundo, a convite do seu homólogo alemão, Karl-Heinz Funke, referiu ainda que a agricultura portuguesa tem uma expressão financeira «insignificante» face aos «volumosos gastos» da PAC.

Manifestou-se, no entanto, confiante nas negociações da Agenda 2000, lembrando que a Comissão Europeia já melhorou a



sua proposta em relação ao vinho, «transformando-a numa boa base de trabalho». Mas no que se refere aos bovinos, sector igualmente importante para Portugal, considerou «muito negativa» a proposta da Comissão, por privilegiar as ajudas à produção extensiva.

Capoulas dos Santos não se manifestou muito impressionado por saber que os agricultores alemães queimaram publicamente o projecto de reforma da PAC, afirmando que o documento «não vale o papel em que foi impresso».

Reconheceu, no entanto, que perante as posições antagónicas assumidas por alguns países, será «muito difícil» concluir as negociações da Agenda 2000 no que se refere à agricultura até finais de Março, como pretende a presidência alemã.

Capoulas dos Santos visitou ainda o pavilhão de Portugal na Semana Verde, na companhia do ministro alemão da Agricultura, e deu uma recepção aos agentes económicos alemães, no mesmo local.

DEPUTADO MANUEL ALEGRE

Requerimento

BOM AMBIENTE EM COIMBRA



Os deputados do PS eleitos pelo círculo eleitoral de Coimbra, Manuel Alegre, Rui namorado, Osório Gomes, Carlos Beja, João Rui de Almeida e Ricardo Castanheira, enviaram um requerimento ao Ministério do Ambiente solicitando «informações pormenorizadas do estado actual do ambiente na cidade de Coimbra, e muito em especial no que se refere aos efluentes gasosos provenientes da central de incineração dos hospitais da Universidade de Coimbra; efluentes líquidos do Pólo II da referida Universidade; resíduos hospitalares de outras unidades de saúde; efluentes e resíduos das diversas indústrias existentes, com especial atenção para a cimenteira de Souselas, e grau de poluição atmosférica produzida pelos veículos motorizados».

No requerimento, os deputados socialistas de Coimbra pretendem também «informações sobre os métodos mais eficazes a utilizar no tratamento dos resíduos perigosos detectados».

Os parlamentares do PS querem ainda sa-

ber qual a apreciação que o Ministério do Ambiente faz da «necessidade de colaborar e participar na elaboração do plano "Coimbra - Cidade da Saúde", de forma a também termos "Coimbra - Cidade do Ambiente", ao abrigo do axioma indiscutível de que para haver uma boa saúde tem que haver um bom ambiente». **J. C. C. B.**



DEPUTADO JÚLIO FARIA

Polícias municipais

MAIOR RELAÇÃO DE PROXIMIDADE DO AGENTE COM O CIDADÃO



O deputado do PS Júlio Faria afirmou no dia 28 de Janeiro que o Governo, ao apresentar na AR a proposta de lei que «Estabelece o regime e forma de criação das polícias municipais», dá cumprimento a um dos pontos do seu Programa, «com que se apresentou a esta Assembleia, em Outubro de 1995 e, simultaneamente, dá resposta a uma das pretensões dos autarcas portuguesas».

Segundo o deputado socialista, esta iniciativa legislativa do Governo «é reveladora de uma grande atenção e sensibilidade para com situações que urgia colmatar e clarificar no apoio às comunidades locais e àqueles que, no terreno, são os intérpretes de tais insuficiências e omissões».

Para Júlio Faria, «a relação de complementaridade que existirá entre as polícias municipais e as forças de segurança, conjugada com a possibilidade de criação e implementação dos conselhos locais ou municipais de segurança, abrem perspectivas de uma efectiva melhoria de condições na definição de uma melhoria estratégica para a segurança e bem-estar de pessoas e bens, em cada comunidade

local».

O deputado socialista afirmou-se convicto que «o aumento da proximidade entre o agente e o cidadão que a criação e implementação das polícias municipais permitirá, nas diversas localidades, propiciará um clima de protecção e segurança mais sentidos e vividos, porque mais acompanhados».

Efeito dissuasor

Relação de proximidade que, concomitantemente, «aumenta o sentimento de protecção» e, simultaneamente, «será dissuasora de eventuais desacatos e atropelos à ordem pública».

Por outro lado, frisou, «a consagração legal do papel das polícias municipais na fiscalização de normas e posturas municipais, levará a um maior acatamento das mesmas, de que resultará, pois, uma maior estabilidade e bem-estar na qualidade de vida de cada um de nós».

«Por tudo quanto disse esta proposta de lei governamental é credora do nosso apoio e na sua implementação depositamos uma enorme expectativa», frisou.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO GONÇALO VELHO

Jovens empresários

APOIOS X 5



O deputado socialista Gonçalo Velho fez, no dia 28 de Janeiro, na Assembleia da República, um balanço muito positivo da aplicação, pelo Governo Socialista, do

Sistema de Apoio a Jovens Empresários (SAJE).

«Podemos hoje, com muito orgulho e satisfação, afirmar que o SAJE foi credível; acessível; rigoroso; transparente e eficaz», afirmou o parlamentar do PS.

Para Gonçalo Velho, as garantias foram dadas para uma confiança na partida rumo a maiores sucessos num futuro SAJE 2000. «O SAJE foi, indiscutivelmente, o sistema que assumiu em definitivo a necessidade da existência de um instrumento completamente autónomo e ao qual foram afectados os mais elevados recursos financeiros desde que existem instrumentos de apoio a jovens empresários», recordou o deputado do GP/PS.

Destaque-se que, para além da autonomia técnica e financeira de que foi dotado, o SAJE permitiu, pela primeira vez, a adopção de uma política horizontal e integrada de apoio aos jovens empresários, abrangendo todos os sectores de actividade e congregado numa única estrutura de apoio.

Segundo Gonçalo Velho, no SAJE, o acesso ao sistema foi indiscutivelmente

desburocratizado e democratizado, concentrando todo o processo numa só candidatura, tendo uma só entidade interlocutora - Comissão Técnica -, e tendo sido diminuídas as necessidades iniciais de capital.

O deputado socialista confessou não resistir a comparar este Sistema de Apoio a Jovens Empresários com os sistemas que a administração laranja implementou em sete anos de experiência governativa.

«Contas feitas, pode mesmo afirmar-se que foram atribuídos, em apenas dois anos, mais 36 por cento de apoios do que em todos os anteriores sistemas (FAIJE I a IV, SIJE '93 e SIJE '95) durante sete anos», referiu.

Depois de constatar que em matéria de financiamentos no sector da administração socialista investiu nada mais e nada menos do que quase cinco vezes mais do que os seus predecessores, Gonçalo Velho reafirmou que «o SAJE, em dois anos, através dos diversos instrumentos de apoio previstos, permitiu induzir um volume de investimentos de cerca de 17 milhões de contos, ou seja, 8,5 milhões de contos/ano».

Pelo contrário, acrescentou o parlamentar do PS, «a globalidade dos sistemas existentes nos sete anos anteriores só gerou investimentos de 16 milhões de contos, representando uma média de 2,2 milhões de contos, quatro vezes inferior ao conseguido por este Governo». **M.R.**

DEPUTADO FERNANDO DE JESUS

Privatização da ANA

GOVERNO SALVAGUARDA DIREITOS E REGALIAS DOS TRABALHADORES



O deputado do GP/PS Fernando de Jesus considerou no dia 29 de Janeiro que as «dúvidas e preocupações» manifestadas pelo PCP e pelo

PSD relativamente ao decreto-lei governamental de privatização da ANA são «pertinentes», mas adiantou que uma «leitura atenta» do referido diploma «dá resposta a todas as interrogações».

No que concerne às dúvidas relativas à salvaguarda dos direitos e garantias dos trabalhadores, o deputado do PS esclareceu que, de acordo com a lei, «os trabalhadores da ANA-EP, que por efeito da criação sejam transferidos para a NAV-EP ou permaneçam na ANA-SA mantêm perante estas empresas todos os direitos e obrigações de que eram titulares na empresa cindida».

Quanto à salvaguarda dos fundos de pensões, Fernando de Jesus referiu que o diploma do Governo dispõe que «a NAV-EP e a ANA-SA ficam obrigadas, em relação a

todos os seus trabalhadores, a assegurar a manutenção dos fundos de pensões que vigoravam na ANA-EP, na quota-parte respectiva e bem assim assegurar os direitos dos pensionistas que lhes fiquem afectos».

Reforço dos níveis de segurança

Por outro lado, o deputado do PS salientou que relativamente às preocupações manifestadas quanto ao modelo de gestão futuro e segurança do sector de navegação aérea, o decreto-lei do Governo em apreciação «cria condições para o reforço dos níveis de gestão e segurança dessas actividades».

Fernando de Jesus sublinhou ainda que, apesar do PS considerar que o diploma em apreciação esclarece dúvidas acerca dos problemas levantados pelo PSD e PCP, o seu partido está disponível para, em sede de Comissão Parlamentar, «contribuir para um maior aperfeiçoamento de alguns aspectos considerados menos claros».

J. C. CASTELO BRANCO

GP/PS

Torralta

ACTUAÇÃO IRRESPONSÁVEL DA OPOSIÇÃO

Os deputados do PS na «Comissão de Inquérito Para Apreciação dos Actos do Governo e das suas Orientações de Parceria em Negócios Envolvendo o Estado e Interesses Privados» manifestaram, num comunicado do dia 28 de Janeiro, «a sua profunda indignação pela falta de coragem política e pela forma irresponsável como toda a oposição procedeu à discussão e votação das conclusões relativas ao processo de recuperação da Torralta».

No comunicado, os deputados socialistas referem que «o objectivo central da oposição foi o de incluir nas conclusões do relatório as expressões "prejuízo para o Estado" e "situação de favorecimento"». Para os parlamentares do PS, a oposição pretendeu com este «procedimento

inqualificável», criar a ideia do favorecimento, «nunca tal tendo sido provado».

Os deputados socialistas na Comissão de Inquérito salientam ainda, no comunicado, que toda a discussão do relatório, por inconclusivo ter ficado, não passou de uma manobra inaceitável de arrogância inconsequente, de uma sentença insinuada que não provada, de uma tentativa primária de destruição de uma solução de excelência encontrada por este Governo para a Torralta, cuja situação de agonia se vem agravando de há 20 anos a esta parte, com manifestos prejuízos para a economia da região e do País, graves problemas laborais e sociais, numa postura de "nem faz nem deixa fazer".

J. C. C. B.

JUSTIÇA

Protecção de testemunhas

FERIR O CRIME ORGANIZADO

A Lei de Protecção de Testemunhas, que entrou no pacote anticorrupção do Governo socialista em Outubro último, foi discutida na generalidade, na passada quinta-feira, dia 28, na Assembleia da República.

A proposta de lei do Ministério da Justiça vem dar resposta ao problema da protecção de certas testemunhas, um assunto que mereceu recomendações do Conselho da Europa e foi tema de discussão no Parlamento Europeu.

Embora em Portugal a situação não fosse particularmente grave, a integração nos espaços Schengen e da União Europeia vieram conferir ao País uma vulnerabilidade face ao crime organizado e suscitar esta questão, vertida para diplomas legais em vários países.

A lei, visando proteger as testemunhas no quadro da luta contra a criminalidade violenta e altamente organizada (terrorismo, associações criminosas, narcotráfico e corrupção, por exemplo), prevê no seu artigo 22.º um «programa especial de segurança».

Este programa contempla medidas de protecção e apoio que vão desde a alteração do aspecto fisionómico ou da aparência do corpo do beneficiário (vulgo operações plásticas), até à concessão de nova habitação, no País ou no estrangeiro, pelo tempo que for determinado.

Outra das medidas deste programa especial «é o fornecimento de documentos emitidos de que constem elementos de identificação diferentes dos que antes constassem ou devessem constar dos documentos substituídos».

«O diploma procura enfrentar uma reali-

dade básica: o dever cívico, o dever de testemunhar ou de dar um contributo probatório em processo penal passou frequentemente a constituir um comportamento de risco, a ponto de a recusa chegar mesmo a ser abordada como uma situação de não exigibilidade», diz o preâmbulo da lei.

Paralelamente à contemplação de situações de risco, entendeu-se oportuno reunir no mesmo diploma um conjunto de medidas destinadas às denominadas «testemunhas especialmente vulneráveis».

A especial vulnerabilidade da testemunha pode resultar da «sua diminuta ou avançada idade, do seu estado de saúde ou do facto de ter que depor ou prestar declarações contra pessoa da própria família ou de grupo social fechado em que esteja inserida numa condição de subordinação ou dependência».

Simultaneamente, para protecção das testemunhas em situação de risco elencam-se basicamente cinco tipos de medidas, desde a simples ocultação da testemunha em acto processual público ou sujeito ao contraditório, até à elaboração de todo um programa especial de segurança, passando pela teleconferência, pela não revelação da identidade da testemunha ou por medidas pontuais de segurança.

Relativamente ao programa especial de segurança «incumbe ao Ministério da Justiça a criação da comissão que elaborará o programa e assegurará a sua execução, por ser este o departamento chamado em primeira linha a fornecer condições de funcionamento da justiça penal».

DEPUTADO JOSÉ REIS

Timor-Leste

A FORÇA DA SOLIDARIEDADE



Numa iniciativa conjunta dos deputados socialistas José Reis e Maria do Carmo Sequeira, membros da Comissão de Timor-Leste da AR, e de João Carrascalão, líder da União Democrática Timorense (UDT), realizou-se no passado dia 29 de Janeiro, no Estádio da Luz, uma cerimónia plena de simbolismo: a oferta de equipamentos desportivos do Benfica destinados à resistência timorense. Na ocasião, o presidente do Sport Lisboa e Benfica, Vale e Azevedo, entregou a João

Carrascalão jogos de equipamentos de futebol para o Sport Dili e Benfica, bem como uma camisola de guarda-redes do «glorioso», que será entregue ao líder da resistência, Xanana Gusmão.

Recorde-se que tanto Xanana como Carrascalão foram atletas do Sport Dili e Benfica e que o mais famoso preso político da prisão de Cipangang foi fotografado recentemente com um boné do clube da água.

Com esta oferta, Vale e Azevedo disse que o clube da Luz pretende ajudar na luta do povo timorense pela independência.

J. C. C. B.

ADMINISTRAÇÃO E SEGURANÇA

Polícias municipais

APROVAÇÃO GARANTIDA

A proposta de lei do Governo que cria as polícias municipais foi aprovada na generalidade na passada quinta-feira, dia 28, no Parlamento.

O PCR, PSD e PP viabilizaram o documento do Executivo socialista, embora ressalvem a necessidade deste ser alterado na especialidade, em comissão.

O Governo considera, na exposição de motivos da proposta, que a actuação das polícias municipais deve ser «complementar às forças de segurança».

Como principais competências previstas no diploma, encontram-se os domínios de «regulação e fiscalização no âmbito da circulação rodoviária e pedonal, colaboração com as autoridades judiciárias e de polícia criminal, elaboração de autos de notícia ou de denúncia, instrução de processos de contra-ordenação, de polícia ambiental e mortuária, de fiscalização do

cumprimento dos regulamentos municipais». Isto além da aplicação das normas legais em áreas como o «urbanismo, construção, defesa e protecção dos recursos e da qualidade de vida das populações».

Em defesa do diploma, o Executivo considera que «a actualização do modelo policial português deve pautar-se por um policiamento de proximidade, no qual o agente de segurança seja, para os cidadãos, um conselheiro de segurança».

«O diploma visa incrementar a relação de proximidade do agente com o cidadão», é ainda referido na exposição de motivos da proposta.

Os efectivos destas polícias municipais têm como limite a razão de três agentes por cada mil cidadãos eleitores no concelho. Por outro lado, os agentes das polícias municipais poderão usar arma de fogo.

AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 4

Na reunião plenária da Assembleia da República realiza-se, hoje, uma sessão solene comemorativa do nascimento de Almeida Garrett.

Pelas 15 e 30 uma outra sessão solene decorrerá no Parlamento para dar as boas-vindas ao Presidente da República francesa.

O período anterior à ordem do dia começará às 17 horas com o debate de urgência requerido pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP sobre «a nova orgânica do Tetro Nacional de São Carlos e suas implicações».

Por seu turno, a proposta de lei governamental que define as bases gerais que obedece o estabelecimento, gestão e exploração de serviços postais no território nacional, bem como os serviços internacionais com origem ou destino no mesmo, será analisada pelos partidos com assento parlamentar já no período da ordem do dia.

Sexta-feira, dia 6

Amanhã, a partir das 10 horas, os deputados farão perguntas ao Governo.

Quarta-feira, dia 10

O debate requerido pela bancada laranja sobre «planeamento familiar» realiza-se, neste dia, às 15 horas.

REFORMA DOS RECURSOS PRÓPRIOS DA UE

A modificação do sistema de recursos próprios da União Europeia é o tema de um dos relatórios que será discutido em Março ou Abril no plenário de Estrasburgo e que tem como objectivo tornar a sua estrutura mais eficaz, transparente e equitativa, adaptando-a às mudanças que se avizinham, como a revisão das políticas comunitárias, reforma das instituições e alargamento a Leste. O relatório considera que o sistema de recursos próprios deveria ser reformado em três etapas, paralelamente ao aprofundamento da integração, embora deva inicialmente ser resolvida a situação relacionada com as partes do financiamento para criar margem para reformas de grande alcance.

Neste contexto, o eurodeputado socialista Luís Marinho, vice-presidente do PE, apresentou à Comissão dos Orçamentos um conjunto de propostas de alteração ao relatório e que constituem, da parte dos socialistas portugueses, uma forma de influenciar a futura estrutura dos recursos próprios

da UE.

Entre as propostas de alteração, destaca para «a estabilização das despesas da PAC», em vez da adopção da fórmula «co-financiamento», e a contestação do princípio do «justo retorno», de que actualmente beneficiam os britânicos.

Luís Marinho considera ainda que a questão da estabilização das despesas agrícolas não pode ser usada como moeda de troca para a diminuição das despesas estruturais.

Destaque ainda para a proposta de alteração que refere que «é infundada a denominada teoria do "justo retorno" por não ser possível estabelecer saldos positivos ou negativos fora do quadro orçamental, que resultam da condição de pertença à União e dos princípios das quatro liberdades, ao mesmo tempo que é contrária ao princípio da solidariedade entre os Estados-membros e ao princípio da coesão económica e social, ambos expressamente consagrados no Tratado».

SOCIALISTAS VOTARAM CONTRA RELATÓRIOS SOBRE FINANCIAMENTO DA PAC

Os deputados socialistas portugueses no Parlamento Europeu votaram, no plenário de Bruxelas, contra os relatórios sobre o financiamento da Política Agrícola Comum (PAC), mesmo que os resultados alcançados em algumas das votações possam ser considerados mais favoráveis aos interesses da agricultura e dos agricultores portugueses do que as propostas apresentadas pela Comissão.

«Considerámos necessário votar contra, em votação final, por entendermos que só faz sentido tomar decisões sobre ou com implicações no financiamento da PAC no quadro da negociação global, ainda em curso, sobre os recursos próprios, as perspectivas financeiras, o financiamento e o conteúdo das políticas cobertas pelos fundos estruturais, e do conjunto das políticas

da União Europeia», lê-se na declaração de voto da delegação socialista portuguesa, que agiu em consonância com as posições defendidas pelo Governo e, designadamente, do Ministério da Agricultura, que exprime uma série de reservas quanto às reformas previstas para os vários sectores.

«Orientámo-nos mais uma vez, sem prejuízo do nosso apoio a uma reforma profunda da PAC, pelo objectivo de não limitar, nem comprometer antes do tempo, em decisões de carácter parcelar, a capacidade negociadora necessária para acautelar um resultado final favorável aos interesses de Portugal nessa difícil negociação global que deveria conduzir a uma União Europeia mais solidária e mais equitativamente financiada».

PROGRAMA «INTEGRAÇÃO EUROPEIA»

O programa intensivo «Integração Europeia», realizado pela Universidade de Poitiers, e que decorre desde o dia 25 de Janeiro até hoje, dia 4 de Fevereiro, conta com a participação do vice-presidente do Parlamento Europeu, Luís Marinho.

O eurodeputado socialista participou na sessão do dia 28 de Fevereiro e que foi su-

ordinada ao tema «As questões institucionais e políticas da União Europeia». Participaram neste programa intensivo diversos professores de várias universidades europeias, como Coimbra (professores Adelaide Duarte e Sousa Andrade), Sevilha, Siena, Glasgow, Groningen, Antuérpia e outras.

PORTUGAL CONTINUARÁ A TER FUNDO DE COESÃO

Portugal vai continuar a ter fundo de coesão após o final das negociações para a Agenda 2000, disse no dia 21, em Bona, o secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa.

A região de Lisboa e Vale do Tejo também deverá continuar a beneficiar de apoios comunitários, embora em dimensões mais reduzidas, acrescentou o governante português, após uma reunião com o ministro de Estado dos Assuntos Europeus alemão, Gunther Verheugen, no âmbito dos contactos com a presidência alemã da União Europeia.

Recorde-se que antes do encontro com Seixas da Costa, o político do SPD alemão tinha defendido o corte do fundo de coesão a Portugal, Espanha e Irlanda, argumentando que os referidos apoios se destinavam a apoiar a entrada destes países membros na moeda única, e esse objectivo já tinha sido alcançado.

«Trata-se de uma posição negociadora do Governo alemão, e não da presidência alemã, da qual discordamos», referiu Seixas da Costa.

«Não concordamos com a associação do fundo de coesão à nossa admissão para a terceira fase da moeda única, porque esse fundo destinou-se a modernizar as nossas redes de transporte e de ambiente», comentou.

Para Portugal, a posição alemã sobre o fundo de coesão - que rendeu a Lisboa cerca



de 450 milhões de contos, entre 1993 e 1999 - «não é novidade, e achamos que vai evoluir», acrescentou o secretário de Estado.

Seixas da Costa sublinhou que a presidência alemã já admitiu a existência de um caso português no quadro das negociações da Agenda 2000, por se tratar de um país pobre que vai ser dos mais prejudicados com o previsto alargamento ao Leste europeu e que também não retira grandes dividendos da Política Agrícola Comum, a qual consome a parte de leão - cerca de 50 por cento - do orçamento comunitário. Seixas da Costa manifestou-se convicto de que as negociações da Agenda 2000 encerrarão mesmo no Conselho Europeu marcado para finais de Março.

ANO DECISIVO PARA OS AGRICULTORES EUROPEUS

O ano de 1999 será decisivo para os agricultores europeus, com a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e o lançamento, no fim do ano, das negociações multilaterais sobre comércio mundial, afirmou o comissário europeu para a Agricultura.

Num discurso proferido em Berlim, no dia 21, Franz Fischler declarou que «sem reforma ficaremos rapidamente face a novas montanhas de carne, cereais, despesas agrícolas insensatas e uma sobreprodução considerável».

«Ao actual nível de preços, os nossos produtos não são suficientemente competitivos para se imporem no mercado interno e beneficiarem plenamente das possibilidades de exportação», salientou.

Na sua reforma, incluída na Agenda 2000, o comissário quer reduzir os preços agrícolas garantidos por Bruxelas, de entre 15 a 30 por cento, consoante as culturas e produtos.

Fischler manifestou-se ainda surpreendido com a oposição dos agricultores alemães



à sua reforma.

«Admiro-me que numerosos agricultores alemães continuem a reecer um maior funcionamento das leis de mercado», disse. O responsável europeu frisou que as exportações alemãs de produtos agrícolas atingiram um nível recorde em 1998, com uma subida de sete por cento face a 1997. Aliás, os rendimentos dos agricultores alemães subiram, em 1998, pelo quinto ano consecutivo, referiu.

UMA BATALHA A GANHAR

O Governo vai investir cem milhões de contos em formação profissional contínua. A boa-nova foi avançada pelo titular do sector do Emprego e Formação.

Paulo Pedroso, secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, é também o responsável pela introdução do Rendimento Mínimo Garantido, uma medida que começou por ser muito criticada pela oposição de direita e acabou por tornar-se consensual.

Ganha a primeira batalha enquanto presidente da Comissão Nacional do RMG, Paulo Pedroso lança-se agora ao novo desafio, o da formação contínua dos trabalhadores ao longo da vida.

O objectivo é reverter a situação de desemprego originado pela fragilidade das qualificações profissionais.

Para a concretização deste projecto social, o governante prevê contar com a adesão das empresas, através da criação de incentivos parafiscais que passam pela redução da taxa social única.

A ideia é que as empresas beneficiadas passem a promover acções de formação ou a permitir que os seus trabalhadores, preferencialmente os de baixas qualificações, as frequentem.

Consciente de que esta medida por si só não assegura o sucesso do projecto, o secretário de Estado do Emprego sublinhou a necessidade de criar uma cultura de formação contínua e de mobilizar a sociedade portuguesa para o grande objectivo da política de emprego que consiste em chegar ao ano 2003 com o quádruplo de activos em formação contínua.

Assim, as metas quantitativas não escondem alguma ambição. Porém, a sua eficácia carece de uma consciente adaptação dos conteúdos da educação profissional às necessidades do mercado de trabalho.

Neste sentido, Paulo Pedroso lembrou que a oferta do Instituto de Emprego e Formação Profissional foi reestruturada o ano passado, visando a modulação dos cursos.

«Ou seja, um programa que era ministrado durante um ano está agora dividido em módulos permitindo aos formandos trabalhadores formarem-se por unidades», explicou Pedroso.

Por outro lado, o governante deu garantias de que os cursos passarão a ter uma certificação escolar com reconhecimento no mercado laboral.

Ainda em matéria de qualidade da formação profissional, o secretário de Estado recordou que, há dois anos, a então ministra do Emprego criou um instituto para fazer o estudo das necessidades de formação por sectores económicos. Actualmente estão em curso 15 estudos sectoriais a cargo do Inofor.

Quanto aos efeitos da acreditação das entidades formadoras encetadas em inícios de 1998, Paulo Pedroso apontou para o aumen-



to da transparência na área da educação profissional e para o reforço da selectividade nas candidaturas bem como da exigência de idoneidade pedagógica, para além de financeira.

Os requisitos, até agora foram preenchidos por 1500 entidades formadoras que já estão acreditadas.

E porque os recursos financeiros são uma pedra basilar de todos este processo, Paulo Pedroso sublinhou que este ano a formação profissional contará com uma dotação orçamental na ordem dos cem milhões de contos que vai implicar vários ministérios.

Mercado social: 50 mil empregados

As perspectivas para a vitória nesta batalha pela formação contínua são encorajadoras, mas o secretário de Estado do Emprego não descola os pés da terra e alerta para o excesso de optimismo. É que, segundo o governante, «temos de ser realistas».

«Há um segmento de pessoas que não conseguem adaptar-se a um cenário de competitividade. Perante isto, ou permitimos que o desemprego aumente ou criamos incentivos para pessoas que tenham alguma viabilidade social», afirmou Paulo Pedroso, acrescentando que «isto está a ser feito através de apoios à criação do próprio emprego, por exemplo, no sector dos chamados serviços de proximidades».

Outra solução para estas pessoas, segundo Pedroso, é a criação de serviços para responder a necessidades sociais. Este é o espaço do mercado social de emprego.

«A nossa ambição é que as pessoas que

hoje trabalham no mercado social de emprego, sem vínculo, possam vir a ter uma actividade regular com contrato de trabalho», esclareceu o secretário de Estado.

Paulo Pedroso reconheceu que neste momento este espaço de integração está muito dependente dos programas ocupacionais, pelo que a prioridade foi dada à redução dessa proporção de dependência.

Para o governante, a ideia é promover a integração das pessoas no mercado normal e à para isso que criamos o regime das empresas de inserção.

Empregar e educar os jovens

Com destaque nas listas de prioridades da Secretária de Estado do Emprego e Formação Profissional contam também os que começam a sua vida laboral precocemente.

O Governo socialista quer que todas as empresas que empreguem jovens até à idade de 18 anos completem a sua actividade profissional com formação.

Para isso o Executivo propõe-se criar incentivos e essa proposta será apresentada, no próximo dia 15, aos parceiros sociais.

A iniciativa, que se enquadra no Plano Nacional de Emprego e na aposta na educação contínua, pretende que todos os jovens já ingressados no mercado de trabalho antes da maioridade tenham acesso a dois dias semanais para a sua formação.

A aprendizagem pode ser exercitada for a ou dentro da empresa, podendo ainda ser promovida por outra entidade.

Outra das novidades importantes deste projecto é o facto de ele não contemplar apenas a formação profissional, pois também prevê que um determinado número de horas seja destinado à educação de base sociocultural.

Quanto aos incentivos a estabelecer às empresas, Paulo Pedroso diz que «o quadro ainda não está claro e esse assunto ainda está a ser estudado».

Plano de emprego para o Porto

Apresentadas que estão, em traços gerais, as políticas mais imediatas de combate ao desemprego e à exclusão social, é preciso frisar que os problemas do sector laboral não apresentam os mesmos contornos em todo o País. Por isso, a região do Grande Porto foi, depois do Alentejo, eleita como prioritária na necessidade de criação de um plano regional de emprego específico.

Segundo Paulo Pedroso, o desemprego na Cidade Invicta é preocupante por um conjunto de razões: a taxa de desemprego ultrapassa o dobro da média nacional, fixando-se actualmente nos 10 por cento e não tem propensão para descer.

A situação deriva fortemente da reconversão industrial, afectando, sobretudo, pessoas muito jovens, sem qualificações e, particularmente o sexo masculino.

As medidas do plano de emprego do Porto ainda estão a ser estudadas, mas serão certamente diferentes das adoptadas no Alentejo, onde o problema do desemprego é rural, afectando mulheres e idosos maioritariamente.

Mary Rodrigues

PAPEL DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

«Estou certo de que o Porto ficará diferente e melhor, e quando isso acontecer, é Portugal que fica diferente e melhor.»
António Guterres

A Sociedade Porto/2001, responsável pela organização da Capital Europeia da Cultura, foi empossada no dia 30 de Janeiro, numa cerimónia que reuniu centenas de personalidades no salão nobre da Câmara Municipal do Porto.

O primeiro-ministro, António Guterres, que presidiu à sessão, salientou a importância da cultura como «motor» da nova política de cidades para o século XXI, considerando que o desenvolvimento através da cultura «é uma forma de manifestar perante o mundo que Portugal amadureceu».

Por esse facto, para o primeiro-ministro, «faz todo o sentido que o projecto Porto/2001 seja assumido com orgulho e determinação por todos os portugueses como uma valorização do País».

«O Porto/2001 é um elemento essencial para dinamizar programas de recuperação do património, revitalizar o tecido económico e promover a melhoria da qualidade de vida», acrescentou.

António Guterres falava no salão nobre da Câmara do Porto, na cerimónia de posse do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo da Sociedade Porto/2001, que vai gerir a Capital Europeia da Cultura. Para o ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, trata-se de um «desafio para o Porto ir mais longe».

Salientou que «a ambição é cruzar a qualidade com a originalidade dos criadores do Porto».

Para o ministro da Cultura, «esta é uma



aventura única e preciosa, onde se joga algo de decisivo: a qualificação cultural que o Porto tem de fazer».

Manuel Maria Carrilho recordou terem passado dois anos sobre o dia em que abordou, pela primeira vez, com o presidente da Câmara do Porto a hipótese de se apresentar uma candidatura a Capital Europeia da Cultura.

Por sua vez, para Fernando Gomes, é importante que o Porto dos finais do século XX «possa ser digno do Porto do final do século XIX», frisando que o projecto de 2001 «vai trazer transformações que vão marcar a cidade no próximo século».

União de esforços

O autarca, que referiu a importância da «união de esforços» entre o Governo e a Câmara para a concretização deste projecto, destacou ainda o «empenhamento»

do primeiro-ministro, que permitiu criar condições para que, em 2001, o Porto «seja mais do que uma sucessão de acontecimentos culturais».

Este aspecto foi também salientado por Artur Santos Silva, presidente da Sociedade Porto/2001, para quem a organização da Capital Europeia da Cultura «tem que ser muito mais do que uma comissão de festas para, num período de 12 meses, criar a ilusão de uma vida cultural».

«Não é nosso propósito reduzir a cultura ao espectáculo e a animação. Temos a pretensão de criar raízes e deixar sementes», afirmou.

«Queremos que o Porto/Capital da Cultura seja um projecto nacional. Seria grotesco e falsificador pretender conferir-lhe um carácter local», frisou.

Santos Silva acrescentou que «o programa não se destinará a louvar o Porto para os portugueses, não será bairrista».

Oportunidade única

Para Artur Santos Silva, «estamos perante uma oportunidade única de lançar um projecto de médio/longo prazo para reequilibrar, requalificar e revitalizar uma cidade que foi decisiva no século XIX português e que perdeu, ao longo deste século, protagonismo e qualidade».

O Conselho de Administração da Sociedade Porto/2001, presidido por Santos Silva, integra outros 18 elementos, entre os quais Ludgero Marques, Eduardo Souto Moura, Rui Vilar, Valente de Oliveira, Braga da Cruz e Virgílio Folhadela, além dos vereadores da Câmara do Porto Nuno Cardoso e Manuela Melo.

No Conselho Consultivo, também com 19 elementos, encontram-se, entre outros, Alcino Soutinho, Alexandre Quintanilha, António Pinho Vargas, Daniel Bessa, Júlio Resende, Óscar Lopes e Sérgio Godinho.

Porto 2001 Dixit

«O Porto 2001 é um elemento essencial para dinamizar programas de recuperação do património, revitalizar o tecido económico e promover a melhoria da qualidade de vida.»

António Guterres

«Esta é uma aventura única, preciosa, onde se joga algo de absolutamente decisivo: a qualificação cultural que o Porto terá de fazer.»

Manuel Maria Carrilho

«O projecto Porto 2001 vai trazer transformações que vão marcar a cidade no próximo século.»

Fernando Gomes

«Espero que seja um ponto alto do relançamento do Porto como grande capital europeia. É impossível separar-se a requalificação do sucesso comercial da iniciativa.»

Pina Moura

«Espero que o Porto 2001 seja uma rampa de lançamento para a mudança da relação entre os seus habitantes e a vida cultural.»

Pedro Burmester

«A Capital da Cultura é uma oportunidade única para a qualificação da cidade.»

Daniel Bessa

«A cidade está sempre em evolução, não pára. O Porto teve sempre uma grande vitalidade.»

Sérgio Godinho

NOVENTA E TRÊS MIL CONTOS PARA O CINEMA NACIONAL

O Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM) seleccionou sete documentários e seis curtas-metragens de ficção aos quais irá atribuir um apoio financeiro global de 93 mil contos.

De acordo com uma nota de imprensa divulgada recentemente pelo ICAM, das produções apresentadas a concurso em 1998 foram seleccionadas, na área de

documentários «A Luz Submersa», de Fernando Matos Silva (dez mil contos); «Um Luar Comum», de Luís Alves de Matos (4 550 contos); «O Tejo de Alves Redol», de Miguel Seabra Lopes (sete mil contos); «Mulheres ao Mar», de Cristina Ferreira Gomes (8 750 contos); «Os Vinte e Cinco Anos do Teatro da Cornucópia», de José Álvaro de Moraes (oito mil contos); «A Morte do Cinema», de Pedro Sena Nunes (5

621 contos) e «2 Mundos», de Graça Castanheira (5199 contos) foram também escolhidos no concurso de documentários. Manuel Costa e Silva presidiu ao júri, composto ainda por Antunes João e Teresa Albuquerque.

No concurso de curtas-metragens de ficção foram seleccionados «Hora D'Almoço», de Raquel Jacinto (6 600 contos); «Cinema Amor», de Jacinto Lucas Pires (oito mil

contos); «O Beijo», de Pedro Baptista (oito mil contos); «Rio Vermelho», de Raquel Freire (oito mil contos); «Sidney Poitier na Barbearia», de Filipe Beruberu (oito mil contos) e «Chuva», de Luís Fonseca (oito mil contos).

O júri deste concurso era presidido por Maria João Seixas e integrado por Jorge Barata Preto, José Bogalheiro, Nuno Sena e Luís Soares.

JORGE COELHO FAZ BALANÇO POSITIVO

O ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, congratulou-se, no dia 27, em plena área de descanso do IP5, com os resultados da operação «Tolerância Zero/Segurança Máxima».

O governante evidenciou a redução de um terço no número de acidentes registados na via rápida Aveiro-Vilar Formoso (IP5) e na Estrada Nacional 125, no Algarve, face a igual período de tempo no ano anterior ao início da «Tolerância Zero».

Num balanço sobre esta operação realizada na área de descanso de Alvendre, próximo da Guarda, o ministro, acompanhado pelos secretários de Estado adjunto, Armando Vara, das Obras Públicas, Maranha das Neves e adjunto do primeiro-ministro, António José Seguro, observou que em consequência desta acção registaram-se menos 14 mortes desde 13 de Outubro do ano passado, data em que foi aplicada a medida no IP5.

Globalmente, incluindo a EN 125 ocorreram menos 93 situações de mortos e feridos graves, face a igual período do ano anterior.

Jorge Coelho considerou que a operação foi «lançada em boa hora e com consequências positivas para o País» porque, disse, «os condutores estão a adoptar uma nova filosofia, mas também por uma conjugação de esforços extremamente forte» entre as Secretarias de Estado da Administração Interna e das Obras Públicas, a GNR e a PSP «que estão a fazer tudo para criar uma mentalidade nova no País».

Jorge Coelho comentou que, desta forma, estão a ser criadas «condições para que os portugueses verifiquem que, com este tipo de situações, é possível poupar as suas vidas».

O ministro da Administração Interna lançou um apelo para que os cidadãos «vejam o exemplo» da adesão «que se está a verificar» no IP5 e na EN125, manifestando-se convicto de que «aquilo que se passa nestas duas estradas está a ter repercussão positiva também nas mentalidades dos condutores que andam nas estradas de outras zonas do País».

Advertiu que, na continuidade da operação «Tolerância Zero/Segurança Máxima», se «a pressão não chegar» será feito o que for preciso, porque «os portugueses não tolerariam que se continue a andar nas estradas em condições que levam a que muitas pessoas, que nada têm a ver com o assunto, em vez de chegarem aos seus destinos, sejam atropeladas, abalroadas por outros que não cumprem o Código da Estrada».

Jorge Coelho adiantou ainda que, em termos globais do País, a sinistralidade diminuiu em 1998, tendo havido menos 110 acidentes e uma redução de 83 mortos em acidentes de viação.



Dados do Ministério da Administração Interna divulgados na semana passada referem que ocorreram no IP5, no período de 13 de Outubro de 1998 a 24 de Janeiro último, 28 acidentes com vítimas de que resultaram cinco mortos, seis feridos graves e 39 feridos ligeiros, representando, face a igual período do ano anterior, uma redução de 26 sinistros, nove mortos, cinco feridos graves e 32 ligeiros.

O major Paredes, comandante da Brigada de Transitó (BT) da GNR na região Centro, referiu que no período de 14 de Dezembro a 24 de Janeiro efectuaram-se no IP5 2.244 patrulhas e 141 missões de helicóptero, resultando na fiscalização de 45 096 condutores, dos quais 6 958 foram multados.

No mesmo período foram efectuados 149 798 controlos de velocidade, dos quais 4 552 em excesso, 15 827 testes de controlo de álcool, com 40 casos positivos, e foram ainda detectadas 266 ultrapassagens irregulares.

Foram também controlados 3 177 veículos de carga quanto ao excesso de peso, detectando-se 232 infracções, e outros 7 486 veículos de carga e transporte colectivo com tacógrafo, em que 347 excediam o regulamentado.

Quanto à iluminação, foram inspeccionados 17 267 veículos, registando-se 2 120 infracções.

A EN 125 registou entre 18 de Dezembro do ano passado, início da operação «Tolerância Zero», 12 acidentes com vítimas, de que resultaram um morto, dois feridos graves e 13 feridos ligeiros.

Trata-se de uma redução global de 35 acidentes, cinco mortos, três feridos graves e 39 ligeiros relativamente a idêntico espaço de tempo no ano de 1998.

Nesta estrada, e no mesmo período, a GNR e PSP fiscalizaram um total de 39 034 veículos dentro e fora das localidades, ten-

do sido levantados 2 825 autos (2 498 por excesso de velocidade, 80 por excesso de consumo de álcool, 26 ultrapassagens irregulares, 137 por mau estacionamento, 79 a veículos de duas rodas e cinco em passadeiras de peões).

O comandante da BT da Região Centro, observou no balanço sobre a operação «Tolerância Zero/Segurança Máxima», que a sinistralidade aumentou no IP5 junto a Aveiro, entre os quilómetros Zero e 25.

Trata-se de um troço que possui perfil de auto-estrada, em que ocorreram 34 acidentes desde o início da operação, e apesar desta, tendo como causa principal o excesso de velocidade.

O secretário de Estado das Obras Públicas, Maranha das Neves, afirmou na ocasião que «o problema do IP5 só será sensivelmente abrandado quando se tiver o IP2-IP6 (auto-estrada da Beira Interior) que aliviará muitíssimo o IP5, e quando esta via tiver outro trajecto, for duplicada e tiver um perfil de auto-estrada».

O governante prevê que estas melhorias estejam concluídas dentro de quatro anos, pelo que, até lá, prevendo-se aumento de tráfego, a Junta Autónoma de Estradas (JAE) continuará a efectuar intervenções pontuais, construindo zonas de ultrapassagem e «dezenas de zonas de abrigo para intervenção da GNR», entre outras obras.

Segundo divulgou a JAE, nos últimos oito anos o tráfego aumentou no IP5 entre 50 e 60 por cento, facto que associa ao número de acidentes ocorridos, pelo que, em termos relativos, as obras efectuadas permitirão uma redução da sinistralidade.

Em 1998, face «à tipologia dos acidentes, na sua maioria ligados à velocidade excessiva e a ultrapassagens irregulares», foram efectuadas várias obras no IP5, nomeadamente melhoria de condições de drenagem superficial e da visibilidade, instalação de guias sonoras, «eliminação criteriosa da possibilidade de ultrapassagem em locais de maior perigosidade», sinalização de curvas com aplicação de camada de desgaste antiderrapante e implementação da obrigatoriedade de circulação com luzes médias acesas.

Ainda segundo a JAE, foram melhoradas as condições de segurança nos nós de ligação, através do prolongamento do separador, enquanto que, em termos de ordenamento da via para «lentos», foi instalada sinalização que impõe a distância de 50 metros entre pesados e proibição de ultrapassagem destes veículos no sentido ascendente.

Relativamente à beneficiação da estrada em si, foi duplicada a descida da Guarda, beneficiado o lanço Mangualde-Celorico da Beira e a duplicação do lanço entre a auto-estrada A1 e o Itinerário Complementar 1 (IC1).

A JAE tem em projecto a iluminação dos

nós de Talhadas, Reigoso, Boa Aldeia, Chás de Tavares e Sobral da Serra, criação de várias zonas de ultrapassagem, informação sobre o «regime de circulação prevalente fora das localidades» e sobre o significado do sinal de obrigatoriedade de circulação com médios, através da colocação de painéis informativos nas vias de acesso ao IP5 e em cada extremo desta via.

Vai ainda criar «gares» de paragem adequadas para a realização de fiscalização pela BT da GNR.

O conjunto destas obras está estimado no valor de 250 mil contos.

Segurança máxima na EN 10

Entretanto, o ministro da Administração Interna disse que o troço da EN 10, entre Setúbal e Vila Franca de Xira, entra no regime de «tolerância zero» a seguir ao Carnaval.

Jorge Coelho não explicitou contudo o dia em que o trânsito no referido troço da EN 10 entra em «tolerância zero/segurança máxima».

O ministro justificou a inclusão de cerca de 45 quilómetros da EN 10 no grupo das estradas de risco sujeitas e medidas de segurança reforçada com o número de vítimas ali registado (semelhante ao IP5) e com o aumento «relevante» da sinistralidade de 1997 para 1998.

Jorge Coelho garantiu que até ao final do ano outras vias da rede rodoviária nacional vão também ser incluídas no regime em que já se encontram o IP5 e a EN 125, onde o sinistralidade tem vindo a decrescer.

A EN 10, entre Cacilhas e Sacavém, com passagem por Setúbal, Marateca, Pegões, Porto Alto, Vila Franca de Xira e Alverca, tem uma extensão de 143 quilómetros.

Segundo dados apurados pela Direcção-Geral de Viação (DGV), ao longo da EN 10 foram registados 631 acidentes em 1998 (menos 33 do que em 1997), mas em contrapartida houve 50 mortos (mais 13 do que no ano anterior).

De acordo com a mesma fonte, os acidentes de 1998 produziram 166 feridos graves (menos 18 do que em 1997) e 768 feridos ligeiros (mais 20 do que no ano anterior).

O lanço mais crítico tem 30 quilómetros, entre o km 90 e o km 120, este em Vila Franca de Xira.

Neste lanço, entre Janeiro e Setembro de 1998, registaram-se 329 acidentes, dos quais 135 dentro de localidades e 40 com peões, tendo os acidentes produzido 24 mortos e 89 feridos graves.

A «tolerância zero/segurança máxima» vai estender-se no futuro a EN 109, entre Vila Nova de Gaia e Leiria, EN 101, de Valença a Vila Real, ao IP 4 e também à EN 1, entre Oliveira de Azeméis e Leiria.

SE CONDUZIR NÃO BEBA... NEM CONSUMA DROGAS

Beber para lá da medida ou conduzir sob o efeito de substâncias estupefacientes ou psicótropas vai ser punido com mão pesada, com a entrada em vigor no passado dia 28, da nova legislação, que eleva bastante as sanções a aplicar.

O diploma, considerado «revolucionário e inovador» pelo Executivo socialista, fixa os requisitos a que devem obedecer os analisadores quantitativos e o modo como deve ser feita a recolha, acondicionamento e expedição das amostras biológicas destinadas às análises para determinação da taxa de álcool no sangue e para confirmação da presença de estupefacientes ou psicótropos.

As novas sanções são pesadas para os infractores, que, se acusarem um valor de alcoémia superior 1,2 miligramas de álcool por litro de sangue, sujeitam-se a uma pena de prisão até um ano e multas até 120 dias, além de coimas e uma inibição de condução por um longo período.

Mantém-se a taxa mínima de alcoémia de 0,5 - com multas de dez a cem contos e uma inibição de conduzir por um período que vai de uma mês a um ano -, mas se o valor detectado for superior a 0,8 miligramas (até 1,2 mg/l) a coima oscila entre 40 e 200 mil escudos e a inibição pode variar entre dois meses e dois anos.

Até 0,8 mg/l, a coima situa-se entre os 20 e os 100 mil escudos, podendo a licença de condução ser suspensa por um período que



vai de um mês a um ano.

Ser portador de objectos ou utensílios que iniciem a utilização de estupefacientes ou substâncias psicótropas ou evidenciar sintomas como ansiedade, euforia, sonolência, fala arrastada ou tremores, pode ser suficiente para as autoridades policiais exigirem

um exame pericial para detecção de drogas.

Do exame inicial consta uma observação geral do indivíduo e do seu estado mental, sendo pedidas provas de equilíbrio, de coordenação de movimentos, oculares, de reflexos e de sensibilidade. Se existirem in-

dícios do uso de drogas, serão feitas análises ao sangue e urina.

A colheita de sangue ou urina será feita na rede de urgência dos serviços hospitalares públicos e a análise fica a cargo dos serviços de toxicologia forense dos institutos de Medicina Legal das respectivas áreas.

Caso se confirme a presença de substâncias estupefacientes ou psicótropas, o infractor incorre numa multa que pode ir até 200 contos e uma inibição de conduzir por um período que vai de dois a 24 meses, podendo também ser alvo de uma participação judicial por consumo de estupefacientes.

Estas medidas de prevenção da sinistralidade directamente relacionada com o uso de álcool ou drogas destinam-se aos condutores ou peões envolvidos em acidentes de que resultem mortos ou feridos, mas podem alargar-se aos automobilistas sujeitos a verificações de rotina por brigadas de trânsito.

O resultado das análises, que deve também conter a quantidade das substâncias detectadas, será enviado à entidade fiscalizadora requisitante num prazo máximo de oito dias, a contar da data de recepção da respectiva análise.

Os testados com álcool (através do chamado «balão») devem ser submetidos a novo teste num prazo nunca superior a 30 minutos e as contra-análises, tanto a álcool como a estupefaciente, através de análise ao sangue, devem ser feitas no máximo após duas horas decorridas do acto de fiscalização.

TOXICODEPENDENTES COM MELHOR ATENDIMENTO

Cinco Centros de Atendimento a Toxicodependentes (CAT) da Área Metropolitana de Lisboa passaram, no dia 28, a funcionar autonomamente, permitindo assim uma melhor prestação de cuidados de saúde aos toxicodependentes das respectivas áreas.

Esta medida insere-se na política governamental de alargamento da rede de CAT, actualmente a funcionar com 42 centros multidisciplinares em todo o País, permitindo que os toxicodependentes disponham de atendimento, encaminhamento para centros de desabilitação e internamento, nos concelhos de residência.

A funcionarem até à passada quinta-feira na dependência do Centro das Taipas, que fornecia equipas médicas para duas consultas semanais, os CAT da Amadora, Damaia, Brandoa, Xabregas e Loures

passam agora a funcionar autonomamente, na dependência do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT), com consultas a tempo inteiro. O CAT de Loures congrega no mesmo serviço a extensão de Póvoa de Santo Adrião e fica com a extensão de Sacavém.

A apadrinhar a iniciativa esteve o ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, e a ministra da Saúde, Maria de Belém, que visitaram o CAT de Xabregas (recentemente ampliado) e o seu centro de desabilitação, o CAT de Loures e inauguraram o CAT da Parede. Na ocasião, Sócrates sublinhou que esta autonomia reforça muito a capacidade de atendimento, de prevenção e de actuação em toda a comunidade.

«O esforço que estamos a fazer na área do atendimento ao longo dos últimos anos é extraordinário e chegaremos ao final de

1999 com o dobro das consultas que se deram em 1995 (133 mil)», disse. Em 1998 os CAT deram 207 mil consultas.

O ministro referiu que actualmente existem 42 CAT em funcionamento em todo o País, número que será alargado para 50 até ao final do ano, altura em que estarão também disponíveis mil camas para internamento.

O governante destacou que o reforço da rede de centros, com atendimento, desabilitação e internamento em comunidade terapêutica «está à altura dos países mais desenvolvidos».

«Isso quer dizer que cumprimos o princípio humanista segundo o qual temos de combater a doença e não combater os doentes, e poderemos chegar ao final do século com uma capacidade muito razoável para que todo o toxicodependente que se queira tratar tenha acesso ao tratamento», frisou.

José Sócrates acrescentou que o Governo vai aprovar dentro em breve, talvez no mês de Março, a Estratégia Nacional de Combate à Droga, estando a analisar, para o efeito, o relatório da Comissão para a Estratégia Nacional de Combate à Droga e outros documentos entretanto produzidos, como a Estratégia Mundial de Combate à Droga, da ONU.

Relativamente à entrada em vigor da portaria que permite submeter os condutores a testes de despiste de drogas, o ministro manifestou o seu acordo, considerando que «é preciso reprimir a condução sob o efeito de estupefacientes, que é uma das causas de acidentes».

«Tomar drogas é pôr em causa não apenas a segurança dos próprios condutores, mas também a dos outros utentes da via pública. Isso é muito grave e é preciso reprimir isso e com mão dura. Aí temos tolerância zero», concluiu.

NOVAS OPORTUNIDADES PARA INVESTIGAÇÃO EM PORTUGAL

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, disse, no dia 29, em Lisboa, que o V Programa Quadro de Investigação (1999/2002) constitui para Portugal uma base importante para a implementação de políticas para a Ciência e Tecnologia.

O ministro notou, contudo, que se trata de um documento de transição pensado antes da moeda única.

Segundo Mariano Gago, o IV Programa Quadro significou para Portugal financiamentos comunitários da ordem dos 5/6 milhões de contos anuais para apoio à investigação e desenvolvimento, sendo de esperar que o actual contribua com pelo menos o dobro dos montantes, para que o País participe de forma mais adequada no esforço de I&D europeu.

A estratégia de Portugal na adesão ao V Programa Quadro visa alianças com os parceiros científicos e empresariais ganhadores, os que oferecem melhores condições e vantagens na procura de complementaridades com os grandes grupos económicos europeus devidamente seleccionados, acrescentou o ministro.

Destacou e elogiou o esforço dos elementos que por Portugal participaram na elaboração do documento, sublinhando que o V Programa Quadro é tão português quanto dos restantes parceiros europeus. O governante falava no quadro de uma Jornada de Informação promovida pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), sobre o V Programa Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico da União Europeia, destinada a apresentar o documento e a debater as oportunidades que ele abre às equipas de investigação portuguesas.



O V Programa Quadro foi aprovado em 22 de Dezembro, em Bruxelas, com um montante de 14 960 ecus.

As prioridades do Governo português, em matéria de Ciência e Tecnologia, foram, no essencial, consagradas na proposta aprovada pelos ministros da União Europeia com a tutela da Ciência e Tecnologia.

Concretamente, o princípio do equilíbrio por áreas temáticas de investigação, defendido por Mariano Gago, foi aceite pelos restantes países da UE.

A proposta do V Programa Quadro promove o esforço comum europeu nas áreas da Qualidade de Vida e Gestão dos Recursos Humanos, Sociedade da Informação Convivial, Crescimento Competitivo e Sustentável, Energia, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e integra ainda acções-chave nos domínios das Ciências e Tecnologias do Mar e das Ciências Sociais e Humanas.

Os Estados-membros da União Europeia aprovaram em 22 de Dezembro as modalidades de aplicação do V Programa Quadro Europeu de Investigação, numa decisão que partiu do Conselho de Ministros

da investigação dos Quinze, reunido em Bruxelas.

Os ministros fixaram, adoptando uma proposta de compromisso da presidência austríaca em exercício, as prioridades do V Programa Quadro e a chave de repartição dos dinheiros que nelas serão investidos. Uma vez alcançado o acordo que permite a implementação do programa, compete agora às instituições científicas nacionais apresentar projectos de candidatura aos financiamentos do V Programa Quadro.

Ao abrigo do programa precedente, os projectos portugueses contemplados absorveram, em média, 2 por cento dos créditos disponíveis.

As preferências das autoridades científicas nacionais no quadro do novo programa quadro vão para a investigação e pesquisa nos domínios marinho, promoção do desenvolvimento económico, informática e cooperação com países terceiros.

Ao abrigo do acordo alcançado no Conselho, serão investidos cerca de 482 milhões de contos (2 413 milhões de ecu; 1 ecu = 200 escudos) na «Qualidade de Vida e Gestão dos Recursos Humanos».

Este sector prioritário inclui acções nas áreas da «alimentação, nutrição e saúde», «agricultura, pescas e florestas», «controlo de doenças infecciosas», e «envelhecimento da população», entre outras.

Um total de 720 milhões de contos (3 600 milhões de ecu) foram disponibilizados para a «Criação de uma Sociedade de Informação Convivial», domínio prioritário em que serão desenvolvidas acções nas áreas Multimédia, dos novos métodos de trabalho e do comércio electrónico e dos sistemas e serviços orientados para o cidadão.

Para o sector prioritário «Crescimento Com-

petitivo e Sustentável», que abrange, por exemplo, a promoção de produtos e processos inovadores, os transportes terrestres e as tecnologias marinhas, são canalizados 541 milhões de contos (2 705 milhões de ecu).

Ao sector prioritário intitulado «Ambiente e Desenvolvimento Sustentável» são atribuídos 217 milhões de contos (1 083 milhões de ecu), montante a distribuir pelos subsectores «gestão sustentada e qualidade da água», as «mudanças climáticas globais e biodiversidade», a par de «ecossistemas marinhos» e «cidade de amanhã e património cultural».

Cerca de 208 milhões de contos (1 042 milhões de ecu) revertem para o sector prioritário «Energia», o qual compreende energias limpas e renováveis e eficiência energética.

Nas acções-chave intituladas «Confirmar o papel da investigação europeia na cena internacional» e «Promoção da inovação e incentivos às pequenas e médias empresas - PME» serão investidos, respectivamente, 95 milhões de contos (475 milhões de ecu) e 72 milhões de contos (363 milhões de ECU).

Outros 256 milhões de contos (1 280 milhões de ecu) serão aplicados numa acção-chave dedicada ao desenvolvimento das ciências sociais e humanas.

O V Programa Quadro Europeu contempla, ainda, com 252 milhões de contos (1 260 milhões de ecu), o programa quadro de investigação da Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom).

Uma equipa de 40 cientistas do Instituto Superior Técnico de Lisboa foi constituída para trabalhar no âmbito do programa de Fusão Termonuclear Controlada, financiada pelo programa quadro da Euratom.

CHISSANO VISITA PORTUGAL EM ABRIL

O Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, visitará Portugal em Abril, no âmbito das boas relações entre os dois países, anunciou, no passado dia 21 de Janeiro, em Coimbra, o embaixador de Moçambique no nosso país, Pedro Comissário.

«É uma boa oportunidade para se reforçarem os laços de cooperação e amizade», salientou aos jornalistas, no final da apresentação da missão «Coimbra em Moçambique».

De acordo com o embaixador extraordinário e plenipotenciário de Moçambique em Portugal, a deslocação de Chissano realiza-se em resposta a um convite do Gover-

no português, na sequência de várias visitas oficiais efectuadas por diversos membros do Executivo.

Durante a apresentação da missão «Coimbra em Moçambique», Pedro Comissário referiu que Joaquim Chissano deverá visitar Portugal acompanhado por alguns empresários, de forma a procurar «oportunidades de associações entre portuguesas e moçambicanas para investimentos em Moçambique».

A missão empresarial decorrerá entre os dias 16 e 26, reunindo um grupo significativo de empresas de Coimbra e de outras regiões do País, com o objectivo de implementar e melhorar as relações comerciais entre Portugal e Moçambique.

Nesse sentido, Pedro Comissário referiu que «já não há dúvidas que há oportunidades de investimento em Moçambique», sublinhando que o próximo passo deverá ser «procurar projectos concretos e dinheiro para concretizar as obras».

«É importante a perspectiva que tenho encontrado em empresários portugueses, de procurarem associar-se aos outros empresários moçambicanos, para assim poderem constituir sinergias para fazer prosperar os negócios», acrescentou.

Pedro Comissário deu ainda garantias de que «já há muito investimento em Maputo, por exemplo, e é preciso que se vá um pouco além, a Gaza, e às partes mais nortenhãs, como Cabo Delgado, Niassa e

Nampula».

Segundo o embaixador, uma das preocupações dos governantes moçambicanos consiste em orientar o desenvolvimento para as pessoas: «Tem de ser feito com os homens, pelos homens e para os homens.» A qualificação profissional é outra das prioridades do Governo, para a qual em muito contribui a cidade de Coimbra, «berço de formação de futuros quadros».

Nesse âmbito, o representante diplomático de Moçambique em Portugal relembrou a situação difícil em que vivem muitos estudantes moçambicanos, apelando aos empresários presentes na sessão para que continuem a prestar atenção aos problemas que alguns apresentam.



Cascais

Apoio domiciliário é uma realidade

A autarquia de Cascais, presidida pelo socialista José Luís Judas, vai apoiar as instituições particulares de solidariedade social que exercem a sua actividade no concelho, atribuindo um conjunto de subsídios num montante de 20 500 contos.

Vão ser apoiadas, entre outras, as organizações que intervêm junto da população acamada.

Recorde-se que a autarquia tem vindo a privilegiar o apoio domiciliário à população idosa e acamada, quer através de iniciativas próprias ou descentralizadas nas freguesias, quer no apoio a instituições que se dedicam a estes fins.

Subsídio a companhia de bailado

No âmbito da sua política cultural, a Câmara Municipal de Cascais atribuiu um subsídio de 10 mil contos à Companhia Portuguesa de Bailado Contemporâneo, dirigida por Vasco Wellenkamp e Graça Barroso.

Fafe

Concurso literário sobre a liberdade

A Câmara Municipal de Fafe, através do seu pelouro da Educação, Cultura e Desporto, vai promover um concurso literário para comemorar os 25 anos sobre a data histórica de 25 de Abril de 1974, de que resultará a publicação de um livro a lançar no âmbito das comemorações da Revolução dos Cravos, que libertou o povo português da opressão e tirania.

O concurso, cujo regulamento foi aprovado em reunião do Executivo, é subordinado ao tema genérico «Liberdade», devendo estar associado aos valores decorrentes do 25 de Abril e é dirigido à participação dos alunos do 3º ciclo do ensino e do ensino secundário das escolas do concelho.

Os concorrentes podem participar com textos em prosa ou verso, alusivos ao tema do concurso, não podendo exceder três páginas dactilografadas.

Serão admitidos igualmente trabalhos em desenho ou fotografia, sobre o mesmo tema e que servirão para ilustrar a obra a editar.

O prazo para a apresentação dos trabalhos concorrentes decorre até 10 de Março, impreterivelmente, devendo ser entregues na Casa Municipal de Cultura.

José Ribeiro toma posse na Amave

O presidente da Câmara Municipal de Fafe, José Ribeiro, tomou posse no dia 26 do cargo de presidente da Associação de Municípios do Vale do Ave (Amave).

Faro

Centro de Saúde no Montenegro

A Câmara Municipal de Faro, presidida pelo socialista Luís Coelho, deliberou ceder um

terreno à Administração Regional de Saúde do Algarve para ser construída no Montenegro a Extensão do Centro de Saúde.



O terreno, cuja cedência será formalizada brevemente, tem uma área de 500 metros quadrados e situa-se na Urbanização do Monte da Ria.

Ferreira do Alentejo

Orçamento em euros

A Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, presidida pelo socialista Luís Ameixa, aprovou o Plano de Actividades e o Orçamento para 1999 em euros, ao lado dos escudos. Uma câmara que está mais uma vez na linha da frente para vencer os desafios do futuro.



Euro que, segunda sublinha a autarquia na introdução do Plano e Orçamento, «é também um símbolo da igualdade e identidade europeia e delas nós não podemos ficar excluídos nem afastados».

O Plano de Actividades contempla a intervenção municipal em 14 áreas de actualização consoante os domínios da vida social do concelho de Ferreira do Alentejo.

O Plano e o Orçamento contemplam uma forte intervenção nas áreas cultural e também social.

Destaque, por outro lado, para a previsão da Feira da Água e do Regadio, ligada à concretização prática do projecto de

Alqueva que ocorrerá no princípio de Julho.

Lisboa

Conferência mediterrânica sobre ambiente

As cidades de Lisboa, Faro e Amadora representaram Portugal na Conferência Euro-Mediterrânica das Cidades Sustentáveis, que decorreu em Sevilha nos dias 21 e 22 de Janeiro, e onde foi debatida a protecção do ambiente na região mediterrânica.

A conferência, inscrita na Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, contou com a presença de mais de 200 cidades da Europa, Norte de África e Médio Oriente, entre as quais as portuguesas Lisboa, Faro e Amadora.

A protecção do ambiente, a despoluição das águas costeiras, o saneamento básico, a criação e manutenção dos espaços verdes, o abastecimento de água e a articulação do turismo com o património cultural e arquitectónico foram algumas das temáticas abordadas no decorrer da conferência.

Desenvolvimento sustentável

Estes temas foram tratados na perspectiva do «desenvolvimento sustentável», ou seja, de um crescimento económico, social e urbano que não comprometa no futuro os recursos naturais disponíveis e que utilize preferencialmente recursos renováveis.

Esta conferência sucede à segunda do género, que decorreu em Lisboa em 1996, e a representar a capital vai estar este ano o vereador do Ambiente.

A cidade de Faro foi representada por pelo seu presidente da Câmara, Luís Manuel Coelho.

Lisboa foi das cidades que mais activamente se empenharam na preparação da conferência de Sevilha dada a sua adesão aos princípios do «desenvolvimento sustentável».

A conferência abrange toda a região mediterrânica como uma unidade regional própria, já que existe uma homogeneidade geográfica e climática e relações de vizinhança históricas.

O objectivo é vir a criar-se, depois da conferência, parcerias e relações de cooperação entre cidades do Sul da Europa e com cidades da margem sul e oriental do mediterrâneo.

Para o efeito, estiveram na ordem do dia a criação de novas linhas de financiamento para viabilizar alguns projectos a serem lançados a partir da conferência.

Loulé

Câmara investe no embelezamento de Salir

A Câmara Municipal de Loulé vai proceder ao ordenamento da zona envolvente da capela do Pé da Cruz, em Salir, uma obra orçada em cerca de cinco mil contos.

Para o efeito, a autarquia aprovou já a abertura do processo de concurso limitado, sem apresentação de candidaturas, tendo em vista o início da empreitada, que se encontra prevista no plano de actividades.

Para a Câmara Municipal de Loulé, trata-se de uma obra que se reveste da «maior importância» para a valorização da vila de Salir, uma freguesia do interior algarvio.

Cooperação com a Universidade do Algarve

A edilidade decidiu também celebrar um acordo específico de cooperação com a Universidade do Algarve para estudo de funcionamento da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Quinta do Lago, à semelhança do que foi celebrado em Novembro último com idêntica estrutura de Vilamoura.

Povoação

Novo Centro de Apoio à Infância

Foi inaugurado no passado dia 28 de Janeiro, na vila da Povoação, o novo Centro de Apoio à Infância, destinado à ocupação dos tempos livres dos mais jovens e, simultaneamente, ao acompanhamento sociopedagógico das crianças com insucesso escolar ou vítimas de disfuncionamento familiar.

Vila Real de S. António

Câmara apoia associações culturais

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António assinou contratos, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Educativo e Cultural, com quatro associações culturais do concelho.



Este primeiro conjunto de apoios, estimados em cerca de 12 mil contos (60 mil euros), vai permitir, segundo a autarquia, a execução dos planos de actividades propostos pela Associação Cultural de Vila Real de S. António, Associação de Professores do Guadiana, Sociedade Recreativa Cacelense e Grupo Camaleão.

PS EM MOVIMENTO

ALANDROAL

Novos dirigentes

O camarada João Nabais foi reeleito presidente da Comissão Política Concelhia do PS/Alandroal, nas eleições realizadas no passado dia 26 de Dezembro.

Na sequência do acto eleitoral, a que se apresentou uma única lista, a Comissão Política, liderada por João Nabais, é composta pelos camaradas Joaquim Calisto, José Monteiro, José Silva, José Ramalho, Joaquim varandas, António Santana, Manuel Silva, Manuel Galvoeira, Manuel Grilo, José Roma, José Pereira, José Serrano, Celestino Bexiga e Manuel Cebo.

A Mesa da Assembleia Geral integra os camaradas José Augusto Monteiro (presidente) e Manuel Silva e Josué Fialho.

ALVALADE

Eleições

De Joaquim Afonso de Carvalho Sanches, membro da lista A candidata à Secção de Alvalade, e afecta ao Grupo de João Soares, recebemos, com pedido de publicação, uma nota em que aquele camarada considera «tendenciosa» uma notícia veiculada pelo «Diário de Notícias» e pela Agência Lusa relativamente às eleições realizadas recentemente naquela estrutura do PS e que se saldaram pela vitória da lista B, liderada pelo camarada Mário Lourenço.

Entre numerosos aspectos, o camarada Joaquim Afonso de Carvalho Sanches refere que a diferença entre as duas listas concorrentes foi de 22 votos, e que o seu camarada de partido, o actual coordenador da Secção, camarada Mário Lourenço, «rivaliza com Pinto da Costa».

ÉVORA

PS contra ortodoxia da CDU

O vereador do PS na Câmara Municipal de Évora José Ernesto Oliveira considerou no dia 21 o parecer da Procuradoria-Geral da República sobre incompatibilidades como uma «profunda derrota jurídica e política» de Abílio Fernandes.

Em conferência de Imprensa, na qual estiveram ainda presentes os vereadores Miguel Lima e Manuel Pingarilho e o presidente da Concelhia socialista, Domingos Cordeiro, Ernesto Oliveira divulgou o parecer da PGR que conclui sobre a inexistência de incompatibilidades entre os cargos na administração pública e de vereador autárquico. Recorde-se que o presidente da Câmara de Évora logo após as eleições de Dezembro de 1997 (onde foram eleitos três vereadores da CDU, outros três do PS e um do PSD) solicitou à PGR um parecer sobre uma eventual incompatibilidade dos eleitos socialistas, uma vez que exerciam cargos na administração central: Ernesto Oliveira como presidente da CCRA, Miguel Lima como director do IPPAR e Manuel Pingarilho como responsável máximo do Centro de Emprego de Évora.

«Na altura, dissemos que Abílio Fernandes pretendia ganhar na secretaria o que tinha perdido (maioria absoluta) na eleição democrática», recordou Ernesto Oliveira, para quem o presidente da Câmara de Évora «usou e abusou» da sua interpretação sobre incompatibilidades e impedimentos.

Ernesto Oliveira acrescentou ainda que o presidente da CME chegou, com «injustificadas e prepotentes declarações», a «perturbar o normal funcionamento da Câmara».

Os vereadores socialistas mostraram-se indignados com o procedimento de Abílio Fernandes relativamente ao parecer do conselho consultivo da PGR (datado de 2 de Dezembro), uma vez que na reunião de executivo autárquico apenas pretendeu dar conhecimento de um resumo feito pelos serviços jurídicos da autarquia.

«Divulgou ontem, de forma surrealista, uma nota a que chama de resumo do parecer da PGR e em que dá maior destaque a uma declaração de voto vencido do que à matéria que suscitou largo consenso entre os conselheiros», refere Ernesto Oliveira, para quem, Abílio Fernandes fez mais um «exercício de transformação de derrota em vitória».

Para o vereador do PS (ex-militante comunista que muito recentemente aderiu ao PS, depois de ter corrido à Câmara de Évora como independente), Abílio Fernandes representa a «ortodoxia» dentro do PCP e sente «cada vez mais dificuldade em levar o mandato até final».

«Contudo», acrescentou, «não vai contar com os vereadores do PS para levar a cabo essa estratégia».

O documento da PGR refere, nas conclusões, que «o exercício de vereador em regime de não permanência nem de meio tempo não deve ser considerado actividade profissional, pelo que inexistente incompatibilidade legal entre o exercício daquele cargo e o de presidente da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo».

Idêntica conclusão é referida no parecer para os vereadores que ocupam cargos no IPPAR e no Centro de Emprego.

Acrescenta ainda o parecer: «Os vereadores que ocupem em acumulação outros cargos públicos, não podem actuar, naquela qualidade, determinados por quaisquer interesses próprios dos outros cargos que ocupem, sob pena de estarem feridos de invalidez os actos por si praticados ou as decisões finais que ajudaram a construir.»

OEIRAS

PS crítica «alarmismo» do PSD

O PS de Oeiras criticou no dia 18 o «alarmismo e sensacionalismo» do PSD, que, em comunicado, denunciou a falta de segurança no concelho, o que levou ao reforço policial ordenado pelo ministro da Administração Interna, Jorge Coelho.

O presidente da Comissão Política socialista de Oeiras, o camarada Emanuel Martins, afirma que a situação «está resolvida» com a presença do Corpo de Intervenção da PSP no Bairro Dr. Augusto de Castro, onde se pôs a hipótese de constituir milícias populares contra a criminalidade.

O camarada Emanuel Martins declarou que morou no bairro «até há bem pouco tempo», e que nunca houve problemas de maior.

E desdramatiza a questão das milícias populares, afirmando que as pessoas citadas como apoiantes desta medida, como é o caso do capitão de Abril Otelo Saraiva de Carvalho e o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Espírito Santo, já vieram a público negar o seu apoio à constituição de milícias.

O camarada Emanuel Martins acredita que se está em presença de apenas «um facto político», garantindo que apesar dos problemas de segurança que Oeiras tem, como qualquer concelho, não se justifica «a falta de bom senso» e o «exagero» das declarações do PSD.

Segundo recordaram os socialistas de Oeiras, o próprio presidente da Câmara, Isaltino Morais, do PSD, terá declarado que a posição do seu partido foi «exagerada».

Os socialistas de Oeiras acham que a questão da segurança no concelho tem sido abordada da maneira certa pelo Governo, num «perfeito entendimento entre a administração central e local», citando o reforço de cem efectivos policiais e 18 viaturas desde o início da governação PS.

O camarada Emanuel Martins estranha mesmo que a segurança do concelho só tenha sido posta em causa pelo PSD a partir do início da legislatura socialista.

Segurança é uma questão social

Afirmou, a propósito, que «a segurança não é uma questão de política, é uma questão social».

O PS defende que a criminalidade tem de ser combatida na sua origem, acabando com a exclusão social e as causas da delinquência, através da criação de mais escolas e uma aposta mais forte na formação profissional.

A solução «não é transferir problemas dos bairros de barracas para bairros de betão», disse Emanuel Martins.

Para tal, o PS de Oeiras defende que a inserção social dos habitantes de bairros degradados se deve fazer em núcleos mais pequenos do que tem sido feito até agora.

Para além disso, o apoio social da Câmara deve ser incentivado, com mais pessoal e mais meios.

O Partido Socialista deu autorização aos seus vereadores na Câmara de Oeiras para aceitarem pelouros, o que até agora não acontecia.

Os socialistas querem assim dar o seu contributo para o melhoramento das condições do concelho, sem contudo estarem obrigados a aceitar a orientação da autarquia laranja em pontos de eventual divergência, sustentaram.

POMBAL

PS crítica autarca laranja

Os autarcas socialistas da Assembleia Municipal de Pombal acusaram o presidente da Câmara, Narciso Mota, eleito pelo PSD, de ter uma «clara estratégia de afrontamento à Administração Central que dificulta o normal relacionamento institucional e a obtenção de financiamentos por parte da autarquia».

O camarada Adelino Mendes, porta-voz da bancada socialista na Assembleia Municipal, acusa o autarca laranja de ter «uma postura de conflito» que tem como exemplos, entre outros, «o crispar das relações» com o governador civil de Leiria e o «afrontamento às forças de segurança».

Para o camarada Adelino Mendes, «estas atitudes subjectivas do presidente da Câmara são um claro obstáculo ao desenvolvimento e à boa imagem do município».

PORTO

JS promoveu conferência

A Federação do Porto da JS organizou no passado dia 1 de Fevereiro uma conferência subordinada ao tema «Socialismo democrático, o nosso futuro».

A conferência, que decorreu no Espaço Cultural da sede da Federação da JS/Porto, contou com a presença do líder da JS, camarada Sérgio Sousa Pinto.

SINTRA

Concelhia da JS toma posse

Decorreu no passado dia 22 de Janeiro, às 21 e 30, a tomada de posse da nova Comissão Política Concelhia da JS de Sintra, recentemente eleita.

Na cerimónia de tomada de posse que decorreu na Secção do PS/Cacém, junto à estação da CP, esteve presente, entre outros, a camarada Edite Estrela, presidente da Comissão Política do PS/Sintra.



QUE MUNDO SERÁ O VOSSO?

Com o aproximar das eleições europeias e, mais perto de nós, com o congresso do Partido Socialista à vista, abre-se um espaço para o debate ideológico e estratégico sobre as opções a tomar. Para muito boa gente, é apenas uma maçada que se não pode evitar de todo. Para outros, em princípio mais inquietos, trata-se de oportunidade escassa para se indagar sobre o futuro.

Por já ter atingido aquela idade em que os versos de Jorge de Sena impressionam ao perguntar, diante do quadro de Goya Dos de Mayo como assinala o exilado, "que mundo será o vosso, meus filhos?", tenho uma forte tendência para estar com os inquietos, embora tranquilamente.

Exige-se hoje aos políticos aquele debate de ideias que há cem anos era promovido pelos intelectuais. Porém, depois do Maio francês de 1968, que integrou, pelas suas consequências, os intelectuais europeus na via larga da carreira académica, e após a queda do muro de Berlim, que os conduziu ao registo especializado da indignação e da compaixão humanitárias, todas as responsabilidades se transferiram para os decisores políticos. Eles devem conceber e executar. Ou apenas "aguentar".

O facto de hoje em dia haver uma maioria de governos compostos por partidos pertencentes à Internacional Socialista na União Europeia faz conduzir para os socialistas europeus a expectativa ou a desilusão.

Acontece que essa avalanche de vitórias dos partidos que se opuseram aos conservadores no Poder não foi precedida de uma nova avaliação do papel da Internacional Socialista na era actual.

Com efeito, ainda não foi compreendida nenhuma reflexão geral sobre o que representou o colapso da União Soviética e o fim do conflito Leste-Oeste para a esquerda democrática europeia. Ora, não há que duvidar sobre a influência exercida por estes acontecimentos no quadro estabelecido pelas consequências da II Guerra Mundial, quando as clivagens ideológicas à esquerda foram fortemente sustentadas por razões de ordem geoestratégica, como o referido conflito Leste-Oeste, e pelo dogmatismo impiedoso do regime soviético.

Deste modo, impõe-se aos partidos membros da Internacional Socialista - curiosamente ressuscitada depois da II Guerra Mundial, graças à acção pioneira do trabalhista inglês Morgan Phillips - proclamar o mais rapidamente possível que esta fase do movimento socialista democrático está ultrapassada e que um intenso debate ideológico, estratégico e organizacional é necessário para se encontrar as vias para o futuro. Sem anátemas iniciais, mas com vontade de organizar melhor o combate aos despotismos.

Embora os partidos socialistas e socialistas-democratas não se tenham revelado precocemente favoráveis ao Tratado de Roma,



vieram a reunir-se na defesa da Comunidade Europeia, no final da década de 60, e encontram hoje no Grupo Socialista do Parlamento Europeu a sua principal alavanca organizacional e logística. De certa maneira, a Internacional Socialista ficou subordinada à construção do espaço europeu a partir da queda do muro de Berlim, perdendo força a dimensão mundial da IS que homens como Willy Brandt e Mário Soares pretenderam erguer. Ou seja: os partidos socialistas, mal libertos da guerra fria, já estavam comprometidos com Maastricht e não conseguiram neste domínio europeu até agora consagrar uma política própria. Não conseguiram estabelecer um novo corpo doutrinário comum, mas ganharam sucessivas eleições a nível nacional em Portugal, na Grã-Bretanha, na França e na Alemanha. Ao todo, são 13 governos dos 15 Estados membros.

Percebe-se que perante esta avalanche de êxitos ninguém ponha em dúvida a bondade das soluções encontradas a nível nacional e que naturalmente são diferentes entre si.

Nem o facto de o Partido Socialista Italiano ter desaparecido do mapa e ter sido substituído no eixo da alternância às forças con-

servadoras pela metamorfose do Partido Comunista Italiano alertou suficientemente as correntes do eurosocialismo. Acentue-se ainda que a metamorfose do partido de Togliatti e de Berlinguer foi perfeitamente visível e anunciada por forma que a subida ao Poder de Massimo d'Alema se tenha processado sem surpresa e sem mortes como a de Aldo Moro, o democrata-cristão que pretendia fazer o primeiro ensaio deste «compromisso histórico» nos anos 70.

Esta subida da esquerda ao Poder processa-se quando, no dizer de alguém muito próximo, «o Estado não está na moda». É de deveras revelador que entre as principais moções conhecidas apresentadas ao próximo congresso do Partido Socialista o relacionamento do pensamento de esquerda com o papel do Estado mereça particular atenção. Nota-se em todas a viragem para o aproveitamento dos movimentos associativos pré-bismarckianos do socialismo: o cooperativo, o mutualista e o sindicalista lato sensu. É possível, obviamente, mergulhar nessa tradição da esquerda não estatizante na ordem interna e internacionalista na ordem externa como tentativa de resposta à globalização

incontrolada. Mas é uma minguada resposta para os tempos actuais.

Na moção sobre o desenvolvimento cooperativo, Rui Namorado afirma: «O movimento cooperativo mundial é um dos exemplos mais consistentes da globalização emancipatória.»

O fenómeno da globalização aparece, aliás, tratado nas principais moções apresentadas ao congresso do PS em termos mais avançados do que aqueles que lhe são dedicados pela generalidade dos partidos socialistas europeus. A síntese será feita no congresso dos socialistas europeus, no princípio de Março, em Milão? E qual será o papel da Internacional Socialista nesta matéria?

Só um congresso mundial convocado pelos partidos membros da Internacional Socialista para elaborar uma espécie de Declaração Universal da Esquerda Democrática para o Séc. XXI. Nessa Declaração Universal, devem constar os princípios orientadores do socialismo internacional perante os poderes globais, dentro da máxima expressa por Karl Popper, segundo a qual, «numa democracia, não deverá existir nenhum poder incontrolado».

In «Diário de Notícias»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Vídeo em Albufeira

Amanhã será inaugurada, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros, uma exposição «Retrospectiva» dos artistas que, ao longo destes anos, apresentaram ao público as suas obras, neste espaço cultural, nos mais diversos domínios das artes plásticas. A mostra estará patente até ao dia 28. A partir de quarta-feira, dia 10, e até ao dia 24 o Auditório Municipal será palco de sessões de vídeo, todas programadas para as 14 e 30 e para jovens com mais de 10 anos de idade.

Pesca em Angra do Heroísmo

O I Torneio de Abertura de Pesca de Mar decorrerá segunda-feira, dia 8, numa organização da delegação regional do Inatel.

Desporto em Braga

A meia-maratona de atletismo realiza-se, no próximo domingo, dia 7, por iniciativa do Inatel.

Comemorações no Cartaxo

No âmbito do segundo centenário do nascimento de Almeida Garrett, a autarquia junta-se às comemorações nacionais com um programa de iniciativas diversas que se irão prolongar ao longo deste ano. A sessão inaugural está marcada para amanhã, pelas 21 e 30, no Auditório Municipal da Quinta das Pratas, onde decorrerá uma conferência a cargo de Rosalina Melro. A noite será animada com poesia garretiana recitada por um grupo de jovens e por um excerto da peça teatral «Frei Luís de Sousa».

Leitura em Cascais

Amanhã, às 21 e 30, prossegue o Ciclo de Tertúlias de Ficção Científica e Fantástico na A Simetria. Desta feita, os escritores Daniel Tércio e Luís Filipe Silva são convidados a abordar o tema «Leitura de Contos».

Poesia em Coimbra

«Palavras que nos ficam da usura dos dias» é o título da iniciativa que leva a poesia de Alexandre O'Neill – dita por Manuel Alberto Valente, ao Café-Teatro do Teatro Académico de Gil Vicente, no dia 8, pelas 22 horas. Até ao dia 31 de Março poderá visitar e apreciar as mostras/instalações concebidas por três autores – António Barros, António Olalo e Arlindo Dinis – em honra de Almeida Garrett na Torre D'Anto.

Pintura em Fafe

A jovem pintora vimaranense Engrácia Manuela Vaz Alves exhibe um conjunto de

trabalhos artísticos no Posto de Informação Juvenil, na Praça 25 de Abril, até ao dia 12.

A mostra está aberta ao público diariamente, das 9 horas às 12 e 30 e das 15 às 18 horas.

Colecção Berardo em Faro

As Galerias Municipais Trem e Arco albergarão, até ao dia 30 de Março a «Colecção Berardo em Faro», uma notabilíssima exposição de arte moderna que os apreciadores poderão visitar, de segunda a sexta-feira, das 9 às 13 horas e das 14 às 17 e 30.

Dramatização em Lisboa

Hoje e amanhã, às 21 e 30 e 19 horas, respectivamente, a Orquestra Gulbenkian actuará no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, sob a direcção do maestro Muhai Tang.

A partir de amanhã e até ao dia 25 a Delegação Regional de Lisboa do IPJ promove sessões teatrais, às 10 horas, nas suas instalações.

A dramatização, produzida com base na «Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil», descreve as impressões dos navegadores portugueses, comandados Pedro Álvares Cabral, à sua chegada «àquela terra para além do mar». Este fim-de-semana leve os seus filhos ao Acarte para ver o teatro musical infantil «Colher de Pauta», uma encenação dirigida por Madalena Wallenstein e que estará em palco às 16 e 30 de sábado e às 11 e 30 de domingo. O programa do concerto inclui obras de Richard Strauss e Ernest Bloch. BAU – A magia de Cabo Verde estará no

Teatro São Luís, no sábado, dia 6, a partir das 22 horas.

Recital em Óbidos

No domingo, dia 7, pelas 16 horas, na Igreja de Santa Maria, realiza-se um recital de órgão – com entradas livres –, a cargo de Rui Paiva, que interpretará obras dos séculos XVI e XVII.

Evolução humana no Porto

A exposição do Ministério da Ciência e Tecnologia «Passo a Passo - A Evolução Humana» vai estar patente a partir de amanhã e até ao dia 21 de Março no Shopping Cidade do Porto.

A mostra percorre as várias etapas do desenvolvimento humano, com o recurso as novas tecnologias digitais, desde os primeiros homínidos fabricantes de utensílios até aos pintores de grutas Cro-Magnon.

A produção da exposição contou com o envolvimento de paleontólogos e antropólogos africanos, europeus, asiáticos e norte-americanos.

O visitante poderá encontrar vestígios e fósseis em escavações arqueológicas e cenas robotizadas do quotidiano dos australopitecos, do Homo Erectus e dos povos de Neandertal e Cro-Magnon.

O Teatro de Marionetas do Porto vai apresentar um novo espectáculo para crianças com mais de quatro anos de idade denominado «O Aprendiz de Feiticeiro».

O espectáculo estará em cena de 6 de Fevereiro a 19 de Março, no Teatro Belmonte, e conta com a encenação de Igor Gandra.

Garrett em Santarém

A Câmara Municipal e a Escola Superior de Educação de Santarém (ESES) lançaram já um cd-rom sobre Passos Manuel destinado às escolas do distrito.

O cd-rom «Passos Manuel e o Liberalismo», uma edição de mil exemplares custeada pela autarquia, foi elaborado por António Manique e Teresa Pacheco, da ESES, que contaram com a colaboração de alunos da Escola Básica 2,3 Alexandre Herculano, que deram voz aos textos e ao hino da Maria da Fonte.

Cinema em Valença

«Conhece Joe Black?» é o título do filme que poderá ver se for, entre amanhã e o dia 9, ao Cine-Ibéria. Trata-se da mais recente realização de Martin Brest, com interpretações de Anthony Hopkins e Brad Pitt.

Para os mais pequenos a Biblioteca Municipal reservou o dia de amanhã para uma sessão de vídeo intitulada «Jetsons». Entretanto, a Sala de Exposições tem patente ao público, até ao dia 14, uma exposição de pintura de Beatriz Bonome.

SUGESTÃO

EVOCACÃO A GARRETT

Uma criação do encenador Ricardo Pais, a estreiar hoje, no Teatro Nacional de S. João, marcará a data do nascimento do escritor Almeida Garrett, há 200 anos, no Porto.

A efeméride será assinalada, ainda neste dia, com outra representação teatral - «Frei Luís de Sousa» -, desta feita em Lisboa, no Teatro Nacional D. Maria II, e ainda através de um congresso internacional, bem como de uma grande exposição, em Coimbra.

O espectáculo da Cidade Invicta, intitulado «Louvor e Complicação», inspira-se em textos do autor de «Viagens na Minha Terra», contando com a dramaturgia de António Cabrita, a selecção musical de Luís Madureira e João Carneiro, e a colaboração de Pedro Burmester.

Por seu turno, a companhia teatral de Lisboa do Teatro D. Maria II reserva, ainda para este ano, a produção de mais duas peças do pai do romantismo português: «A Sobrinha do Marquês» e «Falar Verdade a Mentir», que ocuparão a programação da «Sala Garrett».

Amanhã, em Coimbra, o congresso «Garrett: Um Romântico, Um Moderno» decorrerá a par da inauguração da grande mostra bibliográfica das comemorações.

Este evento é descrito como «o mais significativo» encontro científico sobre o escritor portuense, contando com a participação de reconhecidos historiadores e críticos literários.

Por tudo isto e muito mais, não deixe de juntar-se a esta evocação a Garrett!

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Eros Extático

*Os meus lábios são húmidos da boca
Que aprendi a beijar como ninguém,
Que Maio é comoção, a terra é pouca:
No mar, o teu Amor é mais além.*

*E à noite, a cor é vela em nossa toca,
A rosa a ti, Maria, te convém.
Marina e a fiar, o navio ou roca,
A voz rouca, tu lias em Belém.*

*Por isso à Bela eu amo. Ao lado o círio
Me diz que ela é Cibele, e eu fecundo;
Gritamos, ela grita em seu delírio.*

*Infinita ela jaz, e eu no fundo...
Por isso a Paz, a Lua até ao lírio
Bela vás, vés até ao fim do mundo.*

Paulo Brito e Abreu

FESTNIA
Festival Mundial de Música

CUBANISMO
com Jesús Alemañy

Dia 7 de Fevereiro
Centro Cultural de Belém

6ª FILA

Manuel dos Santos



ENFIM O CONGRESSO

Depois de um período transitório em que se recorreu à fórmula das Convenções, o PS regressa agora ao original modelo dos Congressos.

Sou um dos muitos que me louvo neste «regresso», pois considero que é absolutamente indispensável assegurar momentos de discussão política generalizada em que se envolvam de forma transparente e aberta a maioria dos militantes.

Claro que o actual Congresso surge num momento especial: surge quando o PS está no governo e, sobretudo, quando está na véspera de disputar novas eleições legislativas.

É, assim, perfeitamente natural que os socialistas, sem embargo da sua conhecida e salutar cultura de permanente insatisfação, aproveitem este acto político, sobretudo, num certo sentido de celebração.

Com efeito, sobejam razões e justificações para esta atitude.

O Governo tem tido um desempenho, globalmente, muito positivo, cumprindo escrupulosamente os seus compromissos eleitorais e inaugurando de forma consolidada um período de crescimento económico e bem estar social do País.

Esta evolução ocorre em simultâneo com a preparação das finanças públicas para o Euro – tarefa integralmente cumprida, sem traumas sociais ou sacrifícios pessoais – e quando está em curso o processo de consolidação orçamental até 2006, o contínuo crescimento económico do país (com aproximação real ao nível de vida europeia) e, a crescente prioridade às áreas sociais.

Esta lógica de priorização da intervenção política na área social, privilegiando sectores como a educação, a saúde e a segurança, é aliás, uma marca inequívoca e perene da cultura socialista de poder.

É por isso verdadeiramente insólito ve-

rificar que certos analistas comunicacionais afirmam e divulgam a ideia de que a certa «grande vitória» do PS nas próximas eleições se ficará a dever, sobretudo, à ausência de alternativa.

E é preocupante também que estas erradas interpretações obtenham, por vezes, algum acolhimento no interior da própria família socialista.

Este Congresso deve pois servir para unir o Partido Socialista em volta do seu Governo e do seu Grupo Parlamentar, criando através da completa dinamização deste triângulo institucional, as condições essenciais para vencer, como merecemos, as próximas eleições legislativas.

Um Governo socialista para a próxima legislatura, com uma maioria reforçada que permita prosseguir e acabar as reformas estruturais em curso, é absolutamente indispensável e necessário. O Congresso do PS tem de empenhar-se neste objectivo.

«Uma coisa é o Estado-Providência, que é uma concepção identificadora do socialismo democrático, outra é o assistencialismo.»

Manuel Alegre

Público, 31 de Janeiro

«Não sei em que sentido vai funcionar a reforma da Segurança Social, se é no sentido neoliberal, de favorecer as seguradoras em detrimento da responsabilidade do Estado.»

Idem, ibidem

«Quando oiço a direita falar em reformas, sei o que é que eles querem. Querem desregulação, flexibilização, querem a destruição do Estado social, do Serviço Nacional de Saúde.»

Idem, ibidem

«A cidade do Porto está sempre em evolução, não pára. O Porto teve sempre uma grande vitalidade.»

Sérgio Godinho

Público, 31 de Janeiro

«O Ano Internacional do Idoso constitui uma oportunidade excelente para uma actualização intercalar das pensões que sejam inferiores ao salário mínimo nacional.»

Manuel Jerónimo (Manuel 25)

Diário de Notícias, 29 de Janeiro



Por favor remeter este cupão para:
 Portugal Socialista
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____


Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
 Acção Socialista
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
 Órgão Oficial do Partido Socialista
 Propriedade do Partido Socialista
 Director
Fernando de Sousa
 Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
 Colaboração
Rui Perdigão
 Secretariado
Sandra Anjos
 Paginação electrónica
Francisco Sandoval
 Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa
 Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa
 Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
 Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
 1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz